





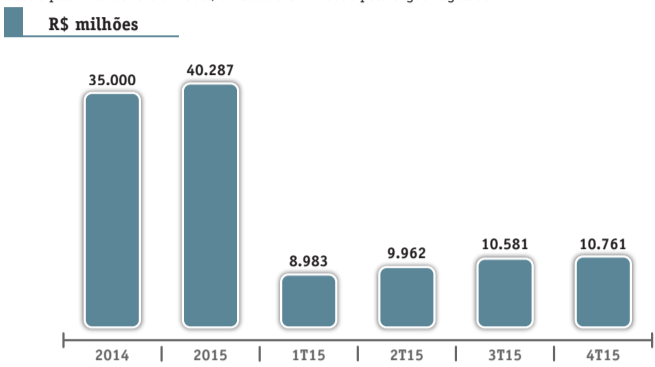
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Dessa forma, a Companhia encerrou 2015 com 96.827 mil clientes, apresentando decréscimo de 6,3% frente ao ano anterior, principalmente devido ao menor número de clientes pré-pago em função da política restritiva de desoneração de clientes não rentáveis.

**4. DESEMPENHO FINANCEIRO**

**4.1. Receita Operacional Líquida**

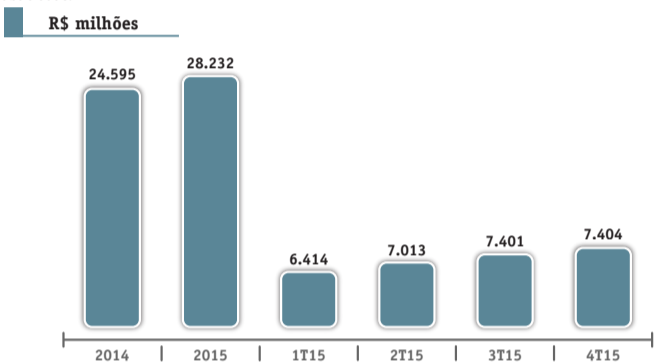
Em 2015, a Companhia encerrou a liquidez operacional líquida consolidada de R\$ 40.286,8 milhões, aumento de 15,1% em comparação a 2014, quando registramos receita líquida de R\$ 35.000,0 milhões. Esse crescimento está principalmente relacionado à receita operacional líquida gerada pela GVT de maio a dezembro de 2015, no montante de R\$ 3.950,3 milhões. Além disso, contribuíram para esse crescimento as maiores receitas de dados e SVA móveis, principalmente internet móvel, o aumento nas receitas de TV por assinatura, além da banda larga fixa e dados corporativos. A receita está impactada pela redução dos valores da chamada fixo-móvel e pela interconexão móvel, ambas determinadas pelo órgão regulador.



A receita operacional líquida das vendas de mercadorias do SMP de 2015 foi de R\$ 1.493,7 milhões, 22,9% superior à de 2014, que foi de R\$ 1.215,3 milhões. Essa evolução está relacionada à maior participação de equipamentos de maior valor no portfólio de aparelhos, além dos maiores preços em decorrência da desvalorização cambial.

**4.2. Custos Operacionais**

Os custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações, aumentaram 14,7%, atingindo R\$ 28.232,3 milhões em 2015 (R\$ 24.595,4 milhões em 2014). O incremento é explicado pelos custos operacionais, excluindo depreciação e amortizações gerados pela GVT, que foram de R\$ 2.216,4 milhões no período de maio a dezembro de 2015. Além disso, houve maiores despesas com aluguel de sites e serviços de manutenção e conservação da rede devido à expansão de cobertura 4G e foco na qualidade do serviço, maiores gastos com compra de conteúdo móvel e de TV, maiores despesas com energia elétrica, devido à maior tarifa, maior provisão para devedores duvidosos, maiores despesas com call center, desenvolvimento de sistemas e serviços de cobrança com foco na redução da inadimplência, além do incremento nos gastos com propaganda e publicidade.

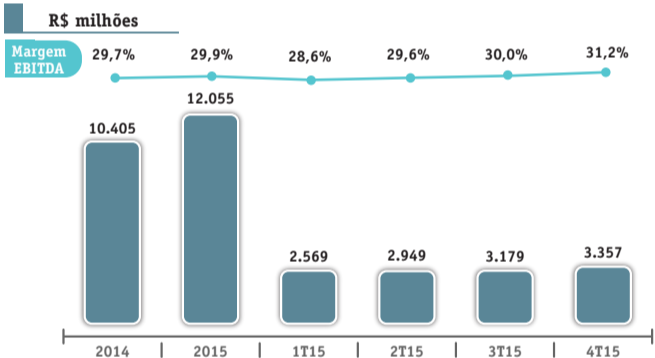


**4.3. Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras Líquidas e Equivalência Patrimonial**

O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial consolidadas aumentou em 2,6%, passando de R\$ 5.109,0 milhões em 2014 para R\$ 5.239,6 milhões em 2015. O lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e equivalência patrimonial gerado pela GVT foi de R\$ 606,0 milhões entre maio e dezembro de 2015.

**4.4. EBITDA**

O EBITDA em 2015 foi de R\$ 12.054,5 milhões, aumento de 15,9% em relação aos R\$ 10.404,6 milhões em 2014. O EBITDA gerado pela GVT entre maio e dezembro de 2015 foi de R\$ 1.459,9 milhões. Por sua vez, a Margem EBITDA alcançada em 2015 foi de 29,9%, incremento de 0,2 p.p. em relação à margem de 29,7% registrada no ano anterior. Contribuíram para esse resultado a maior receita de serviços móveis e fixos, além da redução dos custos com pessoal, com impostos e interconexão, sendo parcialmente compensada pelas maiores despesas com expansão da qualidade e garantia da qualidade, energia elétrica, além de maiores gastos com conteúdo móvel e de TV por assinatura e conteúdo móvel e de TV.



Em milhões de reais – Consolidado	2015	2014
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial (*)	5.239,6	5.109,0
Despesas de depreciação e amortização	-	-
Em custos dos serviços prestados	5.269,6	4.067,3
Em despesas de comercialização de serviços	1.181,2	893,9
Em despesas gerais e administrativas	364,1	334,4
<b>EBITDA</b>	<b>12.054,5</b>	<b>10.404,6</b>
Margem EBITDA		
a) EBITDA	12.054,5	10.404,6
b) Receita operacional líquida (*)	40.286,8	35.000,0
(*) / b)	<b>29,9%</b>	<b>29,7%</b>

(\*) Vide demonstrações de resultados.

**4.5. Endividamento e Resultado Financeiro**

Em milhões de reais – Consolidado	2015	2014
Empréstimos e Consórcios	(6.298,9)	(3.632,6)
Debêntures	(3.544,7)	(4.166,7)
<b>Contraprestação Contingente GVT</b>	<b>(377,7)</b>	-
Endividamento total	(10.221,3)	(7.799,3)
Operações com derivativos	264,8	719,6
<b>Endividamento após derivativos</b>	<b>(9.956,5)</b>	<b>(7.079,6)</b>

2015	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
JSCP (base em 2015)	17/12/2015	30/12/2015	302,9	257,5	ON: 0,168233 PN: 0,185056	0,142998 0,157298		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	19/11/2015	30/11/2015	235,0	199,8	ON: 0,130510 PN: 0,143561	0,110934 0,122027		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	19/10/2015	30/10/2015	88,0	74,8	ON: 0,048872 PN: 0,053759	0,041541 0,045695		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	18/09/2015	30/09/2015	147,0	125,0	ON: 0,081538 PN: 0,089802	0,069392 0,076332		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	20/08/2015	31/08/2015	234,0	201,5	ON: 0,131621 PN: 0,144783	0,111878 0,123065		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	20/07/2015	31/07/2015	228,0	187,9	ON: 0,122735 PN: 0,135008	0,104325 0,114757		Até 31/12/2016
Dividendos (base em 2015)	12/05/2015	25/05/2015	117,5	270,0	ON: 0,170179 PN: 0,187196	0,170179 0,187196		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	12/05/2015	25/05/2015	515,0	437,8	ON: 0,324600 PN: 0,357060	0,275910 0,303501		Até 31/12/2016

31 dezembro, 2015	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	540.033.264	704.207.855	1.244.241.119
Minoritários	29.320.789	415.132.117	444.452.906
Tesouraria	2.290.164	734	2.290.898
<b>Número total de ações</b>	<b>571.644.217</b>	<b>1.119.340.706</b>	<b>1.690.984.923</b>

**5.3. Eventos Societários**

Em 18 de setembro de 2014, a Companhia divulgou fato relevante, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informando que foi assinado, naquela mesma data, entre a Companhia e a Vivendi S.A. (Vivendi) e suas subsidiárias, o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças ("Contrato"), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT Participações S.A. ("GVT Par"), sociedade controladora da Global Village Telecom S.A. ("GVT Operadora"), sendo GVT Par, em conjunto com GVT Operadora, denominadas GVT) seria adquirida pela Companhia. A assinatura do Contrato e documentos relacionados foram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião do órgão realizada naquela mesma data.

A contraprestação pela aquisição da GVT Par foi efetuada da seguinte forma:

- Uma parcela de €4.663,0 milhões paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do Contrato, na data de fechamento; e
- Uma parcela em ações de emissão da Companhia equivalentes a 12% de ações ordinárias e 12% de ações preferenciais da Companhia após a incorporação de ações da GVT Par.

A Vivendi também aceitou a oferta da Telefônica S.A. para adquirir uma participação na Telecom Itália S.p.A., especificamente, a aquisição de 1.110 bilhão de ações ordinárias da Telecom Itália S.p.A., que representavam uma participação de 8,2% no capital com direito a voto da Telecom Itália S.p.A., em troca de 4,5% do capital da Companhia que a Vivendi recebeu, resultante da combinação da Companhia e GVT e que representavam 12% das ações ordinárias e parte das ações preferenciais (representativas de 0,72% de ações preferenciais). Em reunião do Conselho Diretor da ANATEL, realizada em 22 de dezembro de 2014, foi concedida anuência prévia para a aquisição do controle integral da GVT pela Companhia.

Em 25 de março de 2015, o CADE aprovou o Acordo em Controle de Concentração ("ACC"), envolvendo a Companhia, a GVT e o CADE, que tem como objeto a aquisição da totalidade das ações da GVT pela Companhia. Em 28 de maio de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças celebrado entre a Companhia, e a Vivendi e suas subsidiárias, por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT Participações foi adquirida pela Companhia.

Em decorrência da incorporação de ações da GVT Par, o capital da Companhia foi aumentado em R\$ 9.666,0 milhões, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com dívida bruta de R\$ 9.956,5 milhões (R\$ 7.079,6 milhões em 2014) ou 14,5% do patrimônio líquido (17,5% em 2014). Os recursos captados são 16,5% denominados em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDES) e 83,5% denominados em moeda nacional, sendo que a totalidade da dívida em moeda estrangeira está coberta por operações de hedge.

**4.6. Resultado do Exercício**

A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária apresenta Lucro Líquido de R\$ 3.420,2 milhões em 2015 (R\$ 4.936,6 milhões em 2014), montante 30,7% inferior ao mesmo período de 2014, principalmente em função da incorporação da GVT a partir de maio de 2015, da revisão das bases fiscais de ativos intangíveis (Lei nº 12.973) ocorrida em 2014 e da menor despesa financeira em 2014. O lucro líquido gerado pela GVT nos oito últimos meses de 2015 foi de R\$ 101,1 milhões. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2015 foi de 8,5% (14,1% em 2014).

Em milhões de reais	2015	2014
a) Lucro líquido do exercício (*)	3.420,2	4.936,6
b) Receita operacional líquida (*)	40.286,8	35.000,0
(*) / b)	<b>8,5%</b>	<b>14,1%</b>

(\*) Vide demonstrações de resultados.

**4.7. Investimentos**

Em 2015, a Companhia investiu R\$ 7.667 milhões, sendo este valor acrescido do montante relativo aos investimentos da GVT no período de maio a dezembro de 2015, após sua aquisição pela Telefônica Brasil. Tais investimentos são inferiores a 2014 devido, principalmente, aos custos de espectro associados ao leilão do uso da frequência de 700 MHz para telefonia móvel que impactaram de forma significativa o investimento de 2014. A redução nos investimentos em licenças foi parcialmente compensada pela consolidação dos resultados de investimentos da recém adquirida GVT. Desconsiderando o investimento em licenças e a consolidação da GVT, o investimento em projetos se manteve no mesmo patamar de 2014. Estes investimentos sustentam a entrega do resultado atual e também são importantes para posicionar a Companhia para o cenário competitivo de médio e longo prazo.

Com relação aos investimentos em projetos, parte significativa dos recursos foi alocada de forma a possibilitar o crescimento com qualidade na prestação dos serviços. Os investimentos na manutenção da qualidade de serviços e expansão da base de clientes atendida representaram 73% do total investido em 2015 (excluindo licenças).

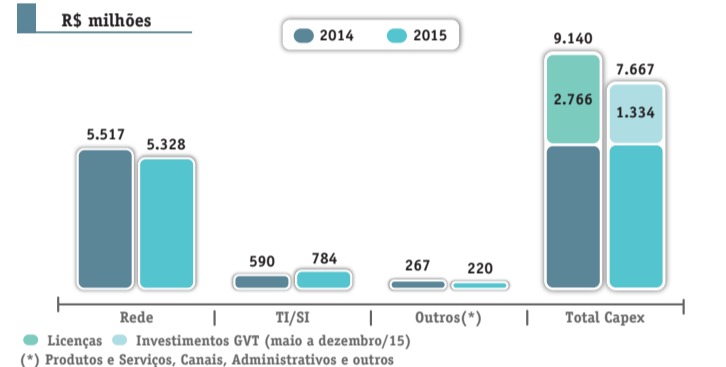
Para atender uma sociedade cada vez mais conectada, investimentos significativos foram feitos para suportar o forte crescimento da demanda por dados dos clientes da Companhia, sejam eles nos serviços de dados fixos e móveis ou em serviços de alta velocidade dedicados ao mercado corporativo.

Neste contexto, a Telefônica Brasil está expandindo a rede de fibra óptica em São Paulo, atingindo em 2015 a marca de 4,7 milhões de *homes-passed* em FTTH distribuídas em 42 cidades. Esta expansão da rede tem sido acompanhada pela aceleração da atividade comercial com a marca de 587 mil clientes FTTH e 171 mil clientes IPTV em 2015 (TV através da infraestrutura de fibra óptica). No mercado fixo nacional (operado pela GVT), possibilitamos a estratégia de expansão geográfica tanto em cidades já atendidas quanto nas três novas cidades atendidas em 2015, ultrapassando 260 mil novos acessos (principalmente em fibra).

Foram feitos investimentos importantes na manutenção e expansão do serviço de voz e internet móvel, responsáveis por parte significativa das receitas. Em 2015, mantivemos um esforço concentrado em melhorar a qualidade de sinal em diversas regiões e ampliamos a cobertura rural para atendimento de metas através da construção de 2.565 novos sites. Além disso, seguimos implantando o futuro da internet móvel atingindo a marca de 183 municípios em 46.

Na operação fixa, vale destacar investimentos para recuperação da rede de cobre para voz e dados no estado de São Paulo, como por exemplo a atualização tecnológica para armários multiserviços na tecnologia FTTC, melhorando a qualidade do serviço. Além disso, foram feitos investimentos na operação de TV paga, com a comercialização, através de diferentes plataformas, viabilizando a oferta *quadruple-play* Vivo.

A Telefônica Brasil investiu também na integração das operações de voz e móvel e serviços e Redes de telecomunicações. Na infraestrutura de suporte ao negócio (sistemas, pontos de venda e atendimento) também foram aplicados recursos significativos. Em 2015, investimentos na melhoria dos sistemas operacionais foram realizados; expansão e evolução na consolidação de *data centers* e manutenção das iniciativas de evolução dos sistemas, com destaque a transformação do ambiente de faturamento e dos projetos que visam maximizar o potencial de sinergia na integração da Companhia com a GVT.



(\*) Produtos e Serviços, Canais, Administrativos e outros

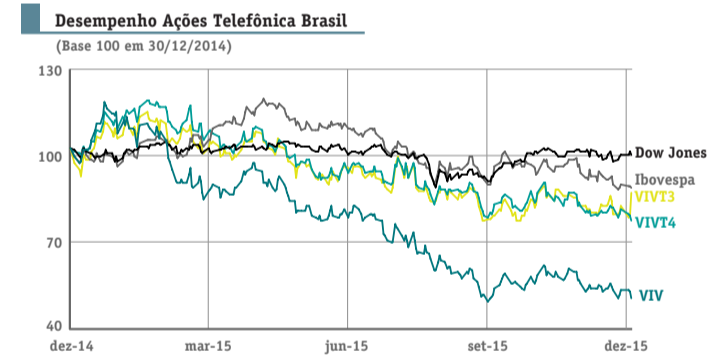
**5. MERCADO DE CAPITAIS**

A Telefônica Brasil possui ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) negociadas na BM&FBovespa sob os símbolos VIVT3 e VIVT4, respectivamente. A Companhia também possui ADRs negociados na NYSE, sob o símbolo VIV.

As ações VIVT3 e VIVT4 encerraram o ano de 2015 cotadas a R\$ 33,99 e R\$ 35,75, apresentando, respectivamente, desvalorização anual de 14,8% e 23,7%, frente à queda anual de 13,3% do Índice Bovespa. As ADRs finalizaram o ano cotadas a US\$ 9,01, desvalorizando 49,0% no período, frente a uma redução do Índice Dow Jones de 2,1%, impactada pela desvalorização cambial apresentada no período.

O volume médio diário das ações VIVT3 e VIVT4 no ano foi de R\$ 782,5 mil e R\$ 86.120,8 mil, respectivamente. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US\$ 36.555,9 mil.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações no último ano:



**5.1. Política de remuneração ao acionista**

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir bem dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os juros sobre capital não pagos e dividendos declarados com base no lucro de 2015 pela Telefônica Brasil totalizaram R\$ 2,0 bilhões, conforme relacionado na tabela a seguir. Tais declarações resultaram em um *payout* de 60,5% para o ano de 2015. Do saldo remanescente do lucro líquido de 2015 ainda não destinados, R\$ 1.287 milhões foram classificados como dividendos adicionais propostos, e serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVT elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76.
Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVT Par e indireta da Operadora.
Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de setembro de 2015, foi apreciada a proposta de Reestruturação Societária envolvendo a Companhia, sua subsidiária integral (GVT Par) e suas controladas indiretas (GVT Operadora e POP Internet Ltda.) de modo que ao final do processo, os serviços prestados pela GVT Operadora que não sejam enquadrados como serviços de telecomunicações serão concentrados na POP e os serviços de telecomunicações serão concentrados na Companhia. A ANATEL, em reunião de seu Conselho Diretor, realizado em 4 de novembro de 2015, concedeu a anuência prévia à Reestruturação Societária, sujeita a condicionantes esperadas e compatíveis com aquelas impostas em outras transações semelhantes.

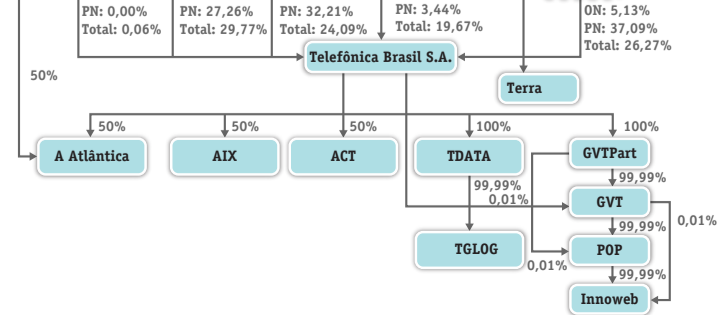
2015	Deliberação	Posição Acionária	Total Bruto (milhões de reais)	Total Líquido (milhões de reais)	Ações	Bruto por ação (em reais)	Líquido por ação (em reais)	Início do Pagamento
JSCP (base em 2015)	17/12/2015	30/12/2015	302,9	257,5	ON: 0,168233 PN: 0,185056	0,142998 0,157298		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	19/11/2015	30/11/2015	235,0	199,8	ON: 0,130510 PN: 0,143561	0,110934 0,122027		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	19/10/2015	30/10/2015	88,0	74,8	ON: 0,048872 PN: 0,053759	0,041541 0,045695		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	18/09/2015	30/09/2015	147,0	125,0	ON: 0,081538 PN: 0,089802	0,069392 0,076332		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	20/08/2015	31/08/2015	234,0	201,5	ON: 0,131621 PN: 0,144783	0,111878 0,123065		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	20/07/2015	31/07/2015	228,0	187,9	ON: 0,122735 PN: 0,135008	0,104325 0,114757		Até 31/12/2016
Dividendos (base em 2015)	12/05/2015	25/05/2015	117,5	270,0	ON: 0,170179 PN: 0,187196	0,170179 0,187196		Até 31/12/2016
JSCP (base em 2015)	12/05/2015	25/05/2015	515,0	437,8	ON: 0,324600 PN: 0,357060	0,275910 0,303501		Até 31/12/2016

do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVT elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVT Par e indireta da Operadora.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de setembro de 2015, foi apreciada a proposta de Reestruturação Societária envolvendo a Companhia, sua subsidiária integral (GVT Par) e suas controladas indiretas (GVT Operadora e POP Internet Ltda.) de modo que ao final do processo, os serviços prestados pela GVT Operadora que não sejam enquadrados como serviços de telecomunicações serão concentrados na POP e os serviços de telecomunicações serão concentrados na Companhia. A ANATEL, em reunião de seu Conselho Diretor, realizado em 4 de novembro de 2015, concedeu a anuência prévia à Reestruturação Societária, sujeita a condicionantes esperadas e compatíveis com aquelas impostas em outras transações semelhantes.

**6. ESTRUTURA SOCIETÁRIA**



**7. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Telefônica Brasil S.A. ("Telefônica Brasil" ou "Companhia") estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementam os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários.

Os objetivos desses princípios, que norteiam as atividades da administração da Companhia, podem ser resumidos conforme segue:

- A transparência nas relações com a Companhia;
- A transparência na prestação da Companhia e na divulgação de informações relevantes de interesse do mercado;
- A transparência nas relações com os acionistas, empregados, investidores, clientes e órgãos públicos;
- A igualdade no tratamento dos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração na supervisão e administração da Companhia e na prestação de contas aos acionistas;
- A atuação do Conselho de Administração no que se refere à Responsabilidade Corporativa, garantindo a perpetuidade da organização.

Inspirada nesses conceitos e com a finalidade de promover uma boa governança corporativa, aumentar a qualidade das divulgações e de finalidades e reduzir as incertezas dos investidores, a Companhia tem instituído normas e políticas internas a fim de tornar suas práticas claras e objetivas e evitar conflitos de interesse. Acreditamos que essas medidas adotadas, destacamos os acionistas, investidores atuais e futuros, bem como o mercado em geral. Dentre as medidas mencionadas, destacamos:

- (i) Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante: têm por objetivo estabelecer regras para divulgação de informações relevantes de interesse do mercado.
- (ii) Normativa sobre Comunicação de Informação aos Mercados: regula os princípios básicos de funcionamento dos processos e sistemas de controle das informações a serem divulgadas ao mercado. Visa garantir a qualidade e o controle sobre tais informações, respondendo, assim, às exigências estabelecidas para essa matéria pelas legislações dos mercados em que são negociados os valores da Companhia.
- (iii) Regulamento Interno de Conduta em Matérias Relativas ao Mercado de Valores Mobiliários: estabelece padrões de conduta para questões relacionadas ao mercado de valores, não somente com respeito à legislação, mas também quanto a critérios éticos e de responsabilidade profissional. A Diretoria Executiva, os membros do Conselho de Administração e qualquer outro empregado exposto à informação sensível estão sujeitos a restrições impostas por esse regulamento. Essa normativa interna define períodos de *blackout* de negociação e estabelece regras para prevenir e/ou tratar situações de conflito de interesse.
- (iv) Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil: regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Companhia, garantindo a aplicação de práticas e políticas contábeis adequadas.
- (v) Normas de Conduta para Funcionários: normativa que fixa padrões de conduta para as pessoas que exercem cargos de responsabilidade relacionados com as finanças da Telefônica Brasil e de suas controladas, o acesso destes às informações privilegiadas e confidenciais e o padrão de comportamento a ser observado nessas situações.
- (vi) Normativa sobre Aprovação Prévia de Serviços a serem Prestados pelo Auditor Externo: estabelece critérios e procedimentos para a contratação de auditores independentes, sempre com a aprovação prévia do Comitê de Auditoria e Controle. Suas disposições consideram as normas da CVM relativas à matéria, bem como a legislação aplicável.
- (vii) Diretrizes de Prevenção e Combate à Corrupção: têm por objetivo reunir e esclarecer as medidas adotadas pela Companhia de forma a coibir e combater práticas de corrupção na execução de suas atividades e em toda sua cadeia de fornecedores.
- (b) A instituição de comitês do Conselho de Administração:
  - Comitê de Auditoria e Controle;
  - Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial;
  - Comitê de Nomeações, Vencimentos e Governança Corporativa.
- (c) Estabelecimento do Conselho de Auditoria e Controle, de procedimentos para a recepção e tratamento de denúncias relacionadas a assuntos contábeis e de auditoria (Canal de Denúncias).

**7.1. Relações com Investidores**

Como o objetivo de obter uma valorização justa de suas ações, a Companhia adota práticas que visam um maior esclarecimento sobre sua política e os eventos incorridos para acionistas, investidores e analistas. Informações relevantes são disponibilizadas em um portal na internet ([www.telefonica.com.br/ir](http://www.telefonica.com.br/ir)), com versões em português e inglês. Todos os comunicados, fatos relevantes, demonstrações contábeis e outros documentos societários são arquivados nos órgãos reguladores – CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no Brasil, e SEC (*Security Exchange Commission*), nos Estados Unidos. Ad

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 7.8. Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial

Foi instituído em dezembro de 2004, como órgão auxiliar e vinculado ao Conselho de Administração, disposto de um regulamento próprio aprovado por aquele órgão. De acordo com o regulamento do Comitê, o órgão será composto de três a cinco membros, eleitos periodicamente dentre os membros do Conselho de Administração. O prazo de seus mandatos coincide com os respectivos mandatos no Conselho de Administração. Atualmente, o Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial é composto por três membros.

Sem prejuízo de qualquer outra função designada pelo Conselho de Administração, o Comitê de Qualidade do Serviço e Atenção Comercial tem competência para informar e/ou fazer recomendações ao Conselho, quanto às matérias seguintes:

- Exame, análise e acompanhamento periódico dos índices de qualidade dos principais serviços prestados pela Companhia; e
- Níveis de atenção comercial aos clientes da Companhia.

## 7.9. Auditores Independentes

Em referência à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício Circular SIV/SNC/SEP nº 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007, a Sociedade e suas controladas informam que a política da Sociedade junto aos seus auditores independentes no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se subordina nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Durante o exercício de 2015, não foram contratados serviços que não fossem de auditoria externa junto ao auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S.S..

## 8. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2015, seguimos apoiando a transformação da Companhia e parte importante desse processo foi a aquisição da GVT, que resultou na integração das equipes dessa operação, tornando a Telefônica Brasil uma empresa ainda maior e mais forte.

Aproximadamente 18 mil pessoas passaram a fazer parte da empresa totalizando 33,8 mil colaboradores. Assim, 2015 foi um ano para se olhar para dentro de casa e nos reinventar considerando esse novo cenário. A presença de Recursos Humanos atuou fortemente na integração dos novos colaboradores e na unificação de processos e ações, de forma a apoiar o negócio em crescimento.

Desde março, iniciamos o Projeto de Cultura, parte essencial de nossa integração. A primeira fase foi dedicada ao Diagnóstico de Cultura com os Vice-Presidentes e Diretores, para apoiar o mapeamento dos valores que, juntos ao programa estratégico Global, farão parte da Telefônica Brasil.

Outro movimento importante foi o redesenho do Modelo de Clima e Compromisso junto da coordenação Global, com a criação do Estudo de Transformação Quadrimestral e do novo questionário de Pesquisa Anual de Clima e Compromisso. A nova pesquisa tem um questionário mais enxuto, de 32 questões focadas em engajamento e no papel do colaborador como protagonista de suas atividades e desenvolvimento. No mês de março foi realizado um piloto amostral da pesquisa, juntamente com a primeira versão do Estudo de Transformação. O piloto da Pesquisa de Clima e Compromisso teve um Índice geral de Favorabilidade de 84%. A Pesquisa de Compromisso oficial foi realizada em fevereiro de 2016.

## 8.1. Interação

Conectar pessoas é aquilo que fazemos de melhor, e com os nossos colaboradores não é diferente. Em 2015, oito canais integrados de comunicação interna divulgaram informações para todos os públicos da Companhia. No Conectados Intranet, um dos principais veículos, de janeiro a dezembro foram divulgadas cerca de 1.600 notícias, com uma média de 81 mil visualizações ao mês. Os conteúdos mais acessados foram os relacionados a ofertas e promoções, campanhas e eventos, bem como assuntos de Recursos Humanos e da Fundação Telefônica.

Neste ano, a empresa desenvolveu importantes ações para engajar os colaboradores, com destaque para:

- Virada da Marca: como parte da integração foi realizada em setembro a virada institucional da marca Telefônica Brasil para o público interno de origem GVT. Foi um momento marcante, pensado e executado com sensibilidade para que a mudança de marca empregadora tivesse um significado positivo aos envolvidos.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

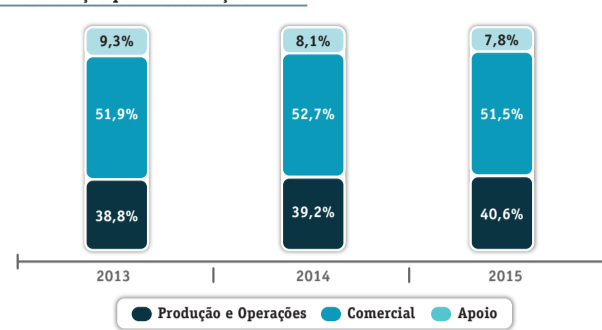
- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

- Plano de Qualidade: um dos principais objetivos de 2015 foi consolidar a cultura de excelência na experiência e satisfação do cliente. Com o lançamento do Plano de Qualidade, iniciou-se um movimento de transformação para envolver e engajar todos os colaboradores sob a égide de cada etapa do ciclo de vida do cliente.

## Distribuição por Macrofunção



## 9. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Para a Telefônica Brasil, sustentabilidade e tecnologia são indissociáveis. Primeiro porque, ao conectar clientes, reduz-se as dimensões de tempo e espaço, o que diminui significativamente impactos ambientais. Segundo porque desenvolvemos soluções para empresas dos mais variados setores da economia com o objetivo de melhorar a vida de cada dia das pessoas.

A Companhia acredita que, mais que conectar, as tecnologias devem garantir qualidade de vida à sociedade, por meio de educação, segurança, mobilidade, saúde e bem-estar. Isso se dá por meio de soluções inovadoras, seja no cuidado com os resíduos gerados, na escolha por energia mais limpa ou até mesmo no investimento em infraestruturas mais sustentáveis.

A Telefônica Brasil investe em projetos que reduzem os impactos sociais, ambientais e econômicos de suas operações, mantendo a postura ética com seus colaboradores, fornecedores, acionistas, investidores, clientes e outros públicos de relacionamento.

Também busca oferecer aos seus clientes a melhor experiência possível com seus produtos e serviços e, para que isso seja alcançado, possui uma aliança estratégica com seus fornecedores e empresas parceiras, por acreditar que eles têm um papel fundamental no desenvolvimento do seu negócio, oferecendo programas de capacitação e mantendo checkagens regulares de sua atuação.

A Telefônica Brasil apoia projetos que combatem o trabalho infantil, promove a inclusão digital e estimula o voluntariado, ações sociais e a cidadania, por meio da Fundação Telefônica, sempre contando com o suporte da tecnologia.

Em 2015, a empresa foi novamente selecionada para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE). A décima primeira carteira do ISE (a quarta consecutiva em que a Telefônica Brasil participa), tem vigência de 04 de janeiro de 2016 a 29 de dezembro de 2016 e reúne 40 ações de 35 companhias. Essas companhias totalizam 16 setores e somam R\$ 960,52 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 44,75% do total de valores das companhias e ações negociadas na BM&FBovespa com base no fechamento de 24/11/2015 (no ano anterior, somavam R\$ 1,22 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 49,87% do total). Esta escolha reflete o seu compromisso com a sustentabilidade, bem como a trajetória que a Companhia tem trilhado de melhores práticas de governança corporativa, responsabilidade ambiental e respeito às comunidades.

Também em 2015, pelo terceiro ano consecutivo, a Telefônica Brasil entrou no Guia Exame de Sustentabilidade, publicação elaborada pela Editora Abril que reconhece as empresas com as melhores práticas sustentáveis do país.

A Companhia divulga anualmente o Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacionais da Global Reporting Initiative (GRI) e sua cópia pode ser encontrada na área de Sustentabilidade no site [www.telefonica.com.br](http://www.telefonica.com.br) ou no próprio site de RI da Companhia [www.telefonica.com.br/ri](http://www.telefonica.com.br/ri).

**9.1. Meio Ambiente**  
A Telefônica Brasil acredita no poder da tecnologia digital para oferecer novas oportunidades para as pessoas e transformar a sociedade de maneira positiva. Sendo assim, sua Política Ambiental tem um duplo propósito: minimizar o impacto ambiental de suas atividades e maximizar a capacidade da tecnologia para criar novas oportunidades para o desenvolvimento sustentável. A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) permite que a sociedade seja mais eficiente economicamente na utilização dos recursos naturais e pode desempenhar um papel relevante na solução de muitos problemas ambientais atuais.

Todas as empresas do Grupo Telefônica se comprometem a:

- Garantir o cumprimento das leis vigentes e de outros compromissos voluntários assumidos pela Telefônica Brasil com relação ao meio ambiente, de maneira global e local. Adotar de forma complementar, e em conformidade com o princípio da precaução, as regras internas ou normas internacionais.

- Implantar sistemas de gestão ambiental que previnam e minimizem os impactos das atividades e infraestruturas que possam causar danos ao meio ambiente, dentro dos modelos de eco eficiência e gestão efetiva de riscos ambientais, que devem ser considerados nos processos de fusão e aquisição de empresas.

- Aplicar princípios de melhoria contínua em nossa atividade, produtos e serviços, a partir da avaliação sistemática de desempenho ambiental, a fim de definir e materializar objetivos ambiciosos em nível global e local.

- Reduzir nossa pegada ambiental por meio da implantação responsável das redes de telecomunicações; práticas ecoeficientes no uso de recursos naturais (principalmente energia), promovendo a economia circular no tratamento de resíduos, por meio da reutilização e reciclagem; e a incorporação de critérios ambientais na compra de determinados produtos.

- Promover uma economia de baixo carbono, por meio da redução interna das emissões de gases de efeito estufa, e do desenvolvimento de produtos e serviços que contribuam para que nossos clientes reduzam suas emissões.

- Promover a inovação de produtos e serviços digitais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade e criem alternativas para a melhoria do meio ambiente.

- Formar e sensibilizar os colaboradores, transmitindo a importância de atuar de forma respeitosa ao meio ambiente.

- Fomentar em nossa cadeia de suprimento e parceiros as melhores práticas de gestão e normas ambientais.

- Colaborar com outras organizações na busca por soluções baseadas nas Tecnologias da Informação e Comunicação, que contribuam para a solução dos desafios ambientais atuais.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

- Comunicar regularmente e de forma transparente nosso desempenho ambiental para todos os nossos grupos de relacionamento, levando em consideração suas preocupações e questionamentos a respeito do tema.

reuso de água da chuva para a irrigação dos jardins. Conta também com mecanismos para redução do consumo de água em banheiros e também possui coleta seletiva para a separação e destinação correta dos resíduos gerados no escritório.

## Lojas

A Telefônica Brasil busca proporcionar uma melhor experiência de compra por meio de inovação, qualidade, conforto, acessibilidade e sustentabilidade em suas lojas próprias.

Todas as lojas próprias da Companhia adotam o sistema de venda sustentável, que permite a gestão de documentos por meio de *tablets*, sem a necessidade de se utilizar papel. A Telefônica Brasil foi a primeira empresa de telecomunicações no país a inserir essa ferramenta inovadora que simplifica o processo de venda e contribui para o meio ambiente em suas lojas. Apenas um ano após a implantação da Venda Sustentável em todas as nossas lojas próprias, já temos resultados bastante expressivos quanto à redução de custos, tempo de atendimento e economia no uso do papel.

Ao todo, a Telefônica Brasil deixou de usar 10.402.368 folhas de papel com o novo processo de assinatura digital. Já foram assinados digitalmente 2.527.284 contratos de forma sustentável.

A cultura no processo da assinatura digital também está cada vez mais sólida entre os colaboradores de lojas. Nos últimos seis meses, atingimos a marca de 212 mil assinaturas digitais mensais. Esta mudança no processo já gerou uma economia de R\$ 2,6 milhões para a Telefônica Brasil.

**Site Sustentável**  
Para que a Telefônica Brasil possa chegar a mais lugares com suas redes e conectar as pessoas com qualidade ainda melhor, é necessário ampliar sua infraestrutura, mas sem interferir negativamente nos espaços urbanos. Para isso investe em projetos inovadores, como o site sustentável. Ao final de 2015, a Companhia contava com 118 sites em todo o Brasil. Essa alternativa permite a substituição de torres metálicas por uma infraestrutura semelhante à de um poste de iluminação, na qual a maior parte dos equipamentos é instalada abaixo do solo, reduzindo assim o impacto visual. A solução, 100% nacional, foi desenvolvida pela equipe de engenharia da Telefônica Brasil e atende às características de transmissão da tecnologia 4G no sentido de oferecer um serviço mais eficiente e com mais qualidade.

O site sustentável apresenta uma série de vantagens ambientais: não emite gás nocivo, previne furtos de equipamento e corrosão causada pela salinidade graças à sua localização e, por não ter motor gerador, não utiliza diesel.

**9.1.3. Logística Reversa**  
O Reciclar Pega Bem, antigo Reciclar Conecta, é um dos principais projetos que traduzem o compromisso da Telefônica Brasil com o tema de resíduos sólidos. O programa, que surgiu em 2006 como Recicle seu Celular, tem o objetivo de coletar aparelhos celulares, baterias e acessórios para serem reciclados e reinseridos como novos produtos.

Iniciado como projeto piloto em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, o programa hoje abrange todo o país, com mais de 3,4 mil pontos de coleta (lojas próprias e revendas) e já recolheu mais de 3,5 milhões de itens, e cerca de um milhão de aparelhos celulares.

O material coletado é enviado para um centro de armazenamento no estado de São Paulo, no qual é realizada a triagem dos materiais e em seguida, é enviado para a Bélgica, onde é reciclado. Em 2015, foram arrecadados 124 mil itens entre aparelhos e acessórios.

Os aparelhos celulares são compostos por diversos componentes como ouro, prata, cobre entre outros que podem ser separados e reutilizados para outros fins. Por isso, a necessidade de separá-los e destiná-los adequadamente.

**9.1.4. Coleta Seletiva**  
O Reciclar Pega Bem, antigo Reciclar Conecta, é um dos principais projetos que traduzem o compromisso da Telefônica Brasil com o tema de resíduos sólidos. O programa, que surgiu em 2006 como Recicle seu Celular, tem o objetivo de coletar aparelhos celulares, baterias e acessórios para serem reciclados e reinseridos como novos produtos.

Iniciado como projeto piloto em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, o programa hoje abrange todo o país, com mais de 3,4 mil pontos de coleta (lojas próprias e revendas) e já recolheu mais de 3,5 milhões de itens, e cerca de um milhão de aparelhos celulares.

O material coletado é enviado para um centro de armazenamento no estado de São Paulo, no qual é realizada a triagem dos materiais e em seguida, é enviado para a Bélgica, onde é reciclado. Em 2015, foram arrecadados 124 mil itens entre aparelhos e acessórios.

Os aparelhos celulares são compostos por diversos componentes como ouro, prata, cobre entre outros que podem ser separados e reutilizados para outros fins. Por isso, a necessidade de separá-los e destiná-los adequadamente.

**9.1.4. Coleta Seletiva**  
O Reciclar Pega Bem, antigo Reciclar Conecta, é um dos principais projetos que traduzem o compromisso da Telefônica Brasil com o tema de resíduos sólidos. O programa, que surgiu em 2006 como Recicle seu Celular, tem o objetivo de coletar aparelhos celulares, baterias e acessórios para serem reciclados e reinseridos como novos produtos.

Iniciado como projeto piloto em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, o programa hoje abrange todo o país, com mais de 3,4 mil pontos de coleta (lojas próprias e revendas) e já recolheu mais de 3,5 milhões de itens, e cerca de um milhão de aparelhos celulares.

O material coletado é enviado para um centro de armazenamento no estado de São Paulo, no qual é realizada a triagem dos materiais e em seguida, é enviado para a Bélgica, onde é reciclado. Em 2015, foram arrecadados 124 mil itens entre aparelhos e acessórios.

Os aparelhos celulares são compostos por diversos componentes como ouro, prata, cobre entre outros que podem ser separados e reutilizados para outros fins. Por isso, a necessidade de separá-los e destiná-los adequadamente.

**9.2. Investimento social**  
Criada em 1999, a Fundação Telefônica Brasil, braço social da Telefônica Brasil, acredita que, juntas, pessoas e instituições podem transformar o futuro de milhares de jovens em todo o país. Para a Fundação, a tecnologia é um instrumento e, aliada à educação, é um meio para potencializar métodos de aprendizagem e expandir o conhecimento; e é a ponte para o desenvolvimento pessoal e social; inclusão e transformação.

Como parte do Grupo Telefônica – que possui iniciativas sociais em 17 países – a Fundação Telefônica Brasil age com *expertise* no desenvolvimento de ferramentas e metodologias digitais para atuar, mobilizar e inspirar. O objetivo é promover o engajamento social a partir da inovação educativa. As iniciativas buscam potencializar competências do século XXI; cidadania e empreendedorismo social.

Durante o ano de 2015, a Fundação Telefônica Vivo investiu cerca de R\$ 41 milhões em projetos sociais que beneficiaram diretamente cerca de 450 mil pessoas.

**9.3. Patrocínios**  
A Telefônica Brasil apoia iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do país e da sociedade como um todo, e acredita no poder dos patrocínios para incentivar ações que possam transformar a realidade do país, além de reforçar relacionamentos já existentes e construir novos. Por meio de patrocínios comerciais, busca contribuir com a construção da marca e reforçar seus atributos, a fim de posicionar a Companhia como protagonista em projetos que sejam relevantes, ofereçam benefícios exclusivos aos clientes e ainda estejam totalmente alinhados ao negócio.

Ao longo de 2015, a Telefônica Brasil apoiou, por meio das marcas Vivo e GVT, mais de 100 projetos socio-culturais em todo o país, oferecendo acesso democrático à cultura em diversas comunidades, promovendo a transformação de milhares de vidas e contribuindo para o protagonismo e reputação da empresa.

Realizado há 12 anos, o projeto Vivo EnCena mais uma vez marcou os palcos de 16 cidades brasileiras e reuniu mais de 75 mil espectadores. Em um ano, a iniciativa que estimula o intercâmbio de projetos de artes cênicas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do país e da sociedade como um todo, ofereceu ao público mais de 260 sessões de sete espetáculos teatrais.

Com o apoio ao projeto Meninos de Araçuaí, desenvolvido pelo Grupo Teatral Ponto de Partida, a marca GVT promoveu a inclusão social e cultural de jovens em situação de risco social por meio da promoção de atividades culturais no segundo turno escolar, propondo atividades culturais, com iniciação em música. O coro de crianças, com idade entre sete e 16 anos, já conta com seis CDs e dois DVDs gravados, participação no álbum *Pietà* de Milton Nascimento e em inúmeros espetáculos, por diversas cidades brasileiras, e apresentação em Paris (Ano do Brasil na França).

O reconhecimento a novos talentos trouxe ao palco do Tom Jazz, em São Paulo, 13 expoentes da nova geração da MPB como parte do *MovDoDoc* - Do Palco ao Mundo. Os *shows* com ingresso solidário (doação de um livro) reuniram no mesmo palco artistas como Tiago Iorc e Dani Black.

Levando às comunidades carentes do Rio de Janeiro *shows* gratuitos da cantora Sílvia Patrícia e Banda Rock, o objetivo foi ressaltar e disseminar a riqueza da música brasileira no Rio de Janeiro, o Rio é Samba Rock, meu irmão! levou aos palcos a artista e seus convidados: Leila Pinheiro, Zélia Duncan, Paulinho Moska, Jussara Silveira e Banda Moimhoi (Emanuel Araújo e Lan Lan).

A formação musical também foi um dos principais pilares de apoio a projetos em 2015. Como o Circuito Sócio Cultural EX4, que realizou apresentações musicais e oficinas em escolas públicas, utilizando o *rock* para conscientização antidrogas e *antibullying*, e promovendo valores de cidadania e humanização do espaço escolar.

No projeto Bituca, a música foi ensinada de forma gratuita em nível profissionalizante, por meio de um método exclusivo e diferenciado. O projeto trabalha com um repertório voltado para a música brasileira: seus ritmos e seus compositores. É ensinada individualmente a prática de 11 instrumentos, canto, engenharia de som e produção, afinação e restauração de piano.

O programa Praxatum, que por meio da música resgata

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14		31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	
<b>ATIVO</b>											
<b>Ativo circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.185.519	14.754.381	17.909.303	15.517.368	15	15.948.843	16.102.171	17.981.713	16.011.006	
Contas a receber, líquidas	6	4.206.595	3.835.304	5.336.845	4.692.689	6	520.023	585.770	698.846	591.381	
Estoques, líquidos	7	7.000.379	6.470.764	8.285.319	6.724.061	16	7.496.947	7.675.632	8.373.235	7.641.191	
Tributos a recuperar	8.1	558.264	458.488	603.631	479.801	17	1.175.293	1.236.330	1.716.002	1.281.673	
Depósitos e bloqueios judiciais	9	2.164.544	2.163.404	2.521.292	2.202.662	18	2.209.362	1.495.321	2.209.362	1.495.321	
Despesas antecipadas	9.1	235.343	202.169	235.343	202.169	19	894.069	675.276	914.377	674.276	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10	317.325	300.567	356.446	303.551	20	562.601	704.589	564.557	717.019	
Operações com derivativos	18	18.645	174.726	489	-	21	1.811.037	1.509.471	2.222.067	1.509.471	
Outros ativos	34	81.306	613.939	81.306	613.939	21	120.924	755.047	120.924	755.047	
Outros ativos	31	603.118	535.020	488.632	298.496	34	151.686	23.011	151.686	23.011	
<b>Ativo não circulante</b>											
Aplicações financeiras em garantia		<b>82.387.176</b>	<b>190.288</b>	<b>83.775.761</b>	<b>57.547.920</b>		<b>22</b>	<b>1.006.901</b>	<b>1.442.724</b>	<b>1.010.657</b>	<b>1.322.616</b>
Contas a receber, líquidas	6	217.621	190.288	330.451	299.405		<b>13.056.610</b>	<b>12.084.862</b>	<b>15.136.109</b>	<b>12.104.187</b>	
Tributos a recuperar	8.1	337.477	340.205	409.653	340.205	15	19.808	118.829	19.808	118.829	
Tributos diferidos	8.2	-	40.704	711.590	144.817	16	-	-	67.742	-	
Depósitos e bloqueios judiciais	9	4.880.489	4.514.783	5.518.120	4.543.056	17	57.416	41.379	87.018	67.126	
Despesas antecipadas	10	28.632	24.346	30.609	26.223	8.2	155.951	-	-	-	
Operações com derivativos	34	417.558	152.843	417.558	152.843	19	5.077.839	4.440.756	5.890.319	4.461.654	
Outros ativos	11	55.228	94.703	62.799	94.925	20	358.963	480.957	359.237	482.782	
Investimentos	12	<b>24.342.692</b>	<b>1.445.014</b>	<b>101.161</b>	<b>79.805</b>	21	3.141.987	2.123.126	4.454.509	2.123.126	
Imobilizado, líquido	13	<b>22.019.076</b>	<b>20.381.731</b>	<b>30.476.765</b>	<b>20.453.864</b>	22	3.423.790	3.411.616	3.423.790	3.411.616	
Intangível, líquido	14	<b>29.997.540</b>	<b>31.072.787</b>	<b>45.607.191</b>	<b>31.287.244</b>	23	82.421	24.133	82.421	24.133	
						24	661.819	987.937	665.922	958.792	
						33	77.262	456.129	85.343	456.129	
						38	76.616	456.129	75.343	456.129	
						39	661.819	987.937	665.922	958.792	
						40	77.262	456.129	75.343	456.129	
						41	76.616	456.129	75.343	456.129	
						42	661.819	987.937	665.922	958.792	
						43	77.262	456.129	75.343	456.129	
						44	76.616	456.129	75.343	456.129	
						45	661.819	987.937	665.922	958.792	
						46	77.262	456.129	75.343	456.129	
						47	76.616	456.129	75.343	456.129	
						48	661.819	987.937	665.922	958.792	
						49	77.262	456.129	75.343	456.129	
						50	76.616	456.129	75.343	456.129	
						51	661.819	987.937	665.922	958.792	
						52	77.262	456.129	75.343	456.129	
						53	76.616	456.129	75.343	456.129	
						54	661.819	987.937	665.922	958.792	
						55	77.262	456.129	75.343	456.129	
						56	76.616	456.129	75.343	456.129	
						57	661.819	987.937	665.922	958.792	
						58	77.262	456.129	75.343	456.129	
						59	76.616	456.129	75.343	456.129	
						60	661.819	987.937	665.922	958.792	
						61	77.262	456.129	75.343	456.129	
						62	76.616	456.129	75.343	456.129	
						63	661.819	987.937	665.922	958.792	
						64	77.262	456.129	75.343	456.129	
						65	76.616	456.129	75.343	456.129	
						66	661.819	987.937	665.922	958.792	
						67	77.262	456.129	75.343	456.129	
						68	76.616	456.129	75.343	456.129	
						69	661.819	987.937	665.922	958.792	
						70	77.262	456.129	75.343	456.129	
						71	76.616	456.129	75.343	456.129	
						72	661.819	987.937	665.922	958.792	
						73	77.262	456.129	75.343	456.129	
						74	76.616	456.129	75.343	456.129	
						75	661.819	987.937	665.922	958.792	
						76	77.262	456.129	75.343	456.129	
						77	76.616	456.129	75.343	456.129	
						78	661.819	987.937	665.922	958.792	
						79	77.262	456.129	75.343	456.129	
						80	76.616	456.129	75.343	456.129	
						81	661.819	987.937	665.922	958.792	
						82	77.262	456.129	75.343	456.129	
						83	76.616	456.129	75.343	456.129	
						84	661.819	987.937	665.922	958.792	
						85	77.262	456.129	75.343	456.129	
						86	76.616	456.129	75.343	456.129	
						87	661.819	987.937	665.922	958.792	
						88	77.262	456.129	75.343	456.129	
						89	76.616	456.129	75.343	456.129	
						90	661.819	987.937	665.922	958.792	
						91	77.262	456.129	75.343	456.129	
						92	76.616	456.129	75.343	456.129	
						93	661.819	987.937	665.922	958.792	
						94	77.262	456.129	75.343	456.129	
						95	76.616	456.129	75.343	456.129	
						96	661.819	987.937	665.922	958.792	
						97	77.262	456.129	75.343	456.129	
						98	76.616	456.129	75.343	456.129	
						99	661.819	987.937	665.922	958.792	
						100	77.262	456.129	75.343	456.129	
						101	76.616	456.129	75.343	456.129	
						102	661.819	987.937	665.922	958.792	
						103	77.262	456.129	75.343	456.129	
						104	76.616	456.129	75.343	456.129	
						105	661.819	987.937	665.922	958.792	
						106	77.262	456.129	75.343	456.129	
						107	76.616	456.129	75.343	456.129	
						108	661.819	987.937	665.922	958.792	
						109	77.262	456.129	75.343	456.129	
						110	76.616	456.129	75.343	456.129	
						111	661.819	987.937	665.922	958.792	
						112	77.262	456.129	75.343	456.129	
						113	76.616	456.129	75.343	456.129	
						114	661.819	987.937	665.922	958.792	
						115	77.262	456.129	75.343	456.129	
						116	76.616	456.129	75.343	456.129	
						117	661.819	987.937	665.922	958.792	
						118	77.262	456.129	75.343	456.129	
						119	76.616	456.129	75.343	456.129	
						120	661.819	987.937	665.922	958.792	
						121	77.262	456.129	75.343	456.129	
						122	76.616	456.129	75.343	456.129	
						123	661.819	987.937	665.922	958.792	
						124	77.262	456.129	75.343	456.129	
	</										







## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado								
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Abrangentes	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Abrangentes	Combinação de Negócios (*)	Outros	Saldos em 31.12.15
<b>Ativo diferido</b>									
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	262.915	(169.369)	-	93.546	(67.027)	-	-	-	26.519
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.327.288	132.550	-	1.459.838	244.659	-	208.321	-	1.912.818
Fornecedores e outras provisões	398.956	103.001	-	501.957	134.726	-	50.441	-	687.124
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-
das contas a receber	245.556	69.516	-	315.072	21.114	-	110.832	-	447.018
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	87.051	-	-	-	398.192
Perdas estimadas de modems e outros ativos imobilizados	166.174	3.532	-	169.706	578	-	120.346	-	290.630
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	143.537	12.688	-	156.225	(11.238)	-	-	-	44.987
Participações nos resultados	71.948	73.881	-	145.829	(62.501)	-	22.870	-	106.198
Depreciação acelerada contábil	154.181	(138.806)	-	15.375	(4.510)	-	-	-	10.865
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.885	(1.992)	-	10.893	(186)	-	-	-	10.707
Provisão para programa de fidelização	31.199	308	-	31.507	1.096	-	-	-	32.603
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.313	(23.214)	21.416	155.515	(217.140)	117.804	127.690	1.524	185.393
<b>Total do ativo diferido</b>	<b>2.971.952</b>	<b>373.236</b>	<b>21.416</b>	<b>3.366.604</b>	<b>26.622</b>	<b>117.804</b>	<b>640.500</b>	<b>1.524</b>	<b>4.153.054</b>
<b>Passivo diferido</b>									
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licença	(719.780)	(268.116)	-	(987.896)	(216.330)	-	-	-	(1.204.226)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)	(94.062)	-	-	-	(809.600)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(208.711)	-	(689.077)	(203.926)	-	-	-	(893.003)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	52.036	-	(256.454)	63.308	-	-	-	(193.146)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-	-
Deságio na incorporação de ações	-	-	-	-	-	(22.838)	-	-	(22.838)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(128.365)	7.036	(113.958)	(235.287)	390.681	(136.510)	-	-	18.884
<b>Total do passivo diferido</b>	<b>(3.484.292)</b>	<b>376.463</b>	<b>(113.958)</b>	<b>(3.221.787)</b>	<b>(60.329)</b>	<b>(136.510)</b>	<b>(22.838)</b>	<b>-</b>	<b>(3.441.464)</b>
<b>Total do ativo (passivo) líquido, não circulante</b>	<b>(512.340)</b>	<b>749.699</b>	<b>(92.542)</b>	<b>144.817</b>	<b>(33.707)</b>	<b>(18.706)</b>	<b>617.662</b>	<b>1.524</b>	<b>711.590</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>									
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:									
<b>Ativo diferido líquido, não circulante</b>	<b>210.294</b>	-	-	<b>144.817</b>	-	-	-	-	<b>711.590</b>
<b>Passivo diferido líquido, não circulante</b>	<b>(1.202.182)</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>-</b>

(\*) Referem-se a tributos diferidos (IR e CS) decorrentes de combinações de negócios, sendo R\$5610,873 da GVTPart. (nota 4) e R\$6.789 da TGLog (nota 12a).

Em 31 de dezembro de 2015, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) das demonstrações diretas e indiretas (Innoweb, GVT e GVTPart.) no montante de R\$481.203, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	636	2.599	636	2.599
Perdas atuárias e efeito da limitação de ativos dos planos <i>superavitários</i>	(138.933)	18.817	(136.510)	18.817
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	117.168	(113.958)	117.168	(113.958)
<b>Total</b>	<b>(21.129)</b>	<b>(92.542)</b>	<b>(18.706)</b>	<b>(92.542)</b>

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos. Os valores estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
2015	950.145	1.477.800	950.145	1.477.800
2017	473.715	503.131	473.715	503.131
2018	196.313	207.232	196.313	207.232
2019	265.310	276.170	265.310	276.170
2020	253.785	253.837	253.785	253.837
2021 em diante	(2.295.219)	(2.006.560)	(2.295.219)	(2.006.560)
<b>Total</b>	<b>(155.951)</b>	<b>711.590</b>	<b>(155.951)</b>	<b>711.590</b>

## 9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Depósitos judiciais	2.900.671	2.647.635	3.374.764	2.665.757
Tributário	1.062.118	1.008.745	1.128.935	1.016.019
Trabalhista	1.030.130	935.842	1.114.770	936.782
Cível e regulatório	4.992.919	4.592.222	5.618.469	4.618.558
<b>Total</b>	<b>122.913</b>	<b>124.730</b>	<b>134.994</b>	<b>126.067</b>
Bloqueios judiciais	5.115.832	4.716.952	5.753.463	4.745.225
Circulante	235.343	202.169	235.343	202.169
Não circulante	4.880.489	4.514.783	5.518.120	4.543.056

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.374.764 (R\$2.665.757 em 31 de dezembro de 2014). Na nota 19, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")
  - A Companhia e a Data possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de irregularidades nas declarações acessórias ("DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$35.272 (R\$33.040 em 31 de dezembro de 2014).
- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")
  - A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares*.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$164.482 (R\$153.759 em 31 de dezembro de 2014).
- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")
  - A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e antenas, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e a TData questionam em âmbito judicial a referida taxa.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.008.771 (R\$929.880 em 31 de dezembro de 2014).
- Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")
  - A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de *tráfego sainte*; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$67.996 (R\$63.295 em 31 de dezembro de 2014).
- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")
  - A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais ("SIVF"); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.
  - A GVTPart. possui discussão judicial que envolve o direito de reembolso mensal de uma despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pelo Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos (nota 4).
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$410.412 (R\$30.325 em 31 de dezembro de 2014).
- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")
  - O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sindicatobrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos a referida contribuição.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$958.630 (R\$672.593 em 31 de dezembro de 2014).
- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("TNS")
  - A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquotas de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premissões.
  - A GVTPart. possui discussões judiciais que envolvem a cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constituído de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$118.425 (R\$102.820 em 31 de dezembro de 2014).
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS")
  - A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto visava a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/01 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).
  - A Companhia obteve decisão desfavorável com conversão em renda à contraparte dos valores integrais. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$76.459.
- Imposto sobre o Lucro Líquido ("I.L.")
  - A Companhia possui discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRRF.
  - Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal ("REFIS"), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$54.723 em 31 de dezembro de 2014).
- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")
  - A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada no base de cálculo do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$425.737 (R\$394.489 em 31 de dezembro de 2014).
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Interurbano e Comunicação ("ICMS")
  - A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadiável; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.
  - A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais para consignar em pagamento valores de ICMS referentes a parte das operações e de TV por assinatura, bem como sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$161.815 (R\$97.278 em 31 de dezembro de 2014).
- Outros impostos, taxas e contribuições
  - A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção das 11% sobre o valor de várias notas fiscais, futuras e recibos de prestações de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.
  - Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$64.778 (R\$57.096 em 31 de dezembro de 2014).

## 10. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Propaganda e publicidade	228.672	198.758	228.672	198.758
Seguros	24.035	33.594	28.367	35.574
Aluguéis	43.022	45.318	43.022	45.318
Encargos financeiros	11.120	8.426	11.120	8.426
Manutenção de <i>softwares</i> , tributos e outras	39.108	38.817	75.874	41.698
<b>Total</b>	<b>345.957</b>	<b>324.913</b>	<b>387.055</b>	<b>329.774</b>
Circulante	317.325	300.567	356.446	303.551
Não circulante	28.632	24.346	30.609	26.223

## 11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.635	49.827	81.615	50.981
Créditos com partes relacionadas (nota 30)	288.702	318.041	162.308	73.042
Crédito com fornecedores	118.153	114.422	120.091	121.615
Subsídio na venda de aparelhos celulares	42.896	45.850	42.896	45.850
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 33)	8.391	14.515	8.724	14.653
Reembolso Vivendi cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA (nota 4)	84.598	-	84.598	-
Outros valores a realizar	42.971	87.068	51.199	89.280
<b>Total</b>	<b>658.346</b>	<b>629.723</b>	<b>551.431</b>	<b>373.421</b>
Circulante	603.118	535.020	488.632	298.496
Não circulante	55.228	94.703	62.799	94.925

## 12. INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e de controle em conjunto, conforme segue:

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

Em 28 de outubro de 2015, a TData adquiriu por R\$15.811 o controle da Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TLog").

GVTPart.: Controlada integral da Companhia. A GVTPart. é a controladora integral da GVT, empresa com sede no Brasil, tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e operação de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 31.12.15					Em 31.12.14							
	Controladas integrais	GVTPart.	Controladas em Conjunto	Controlada integral	Controladas em Conjunto	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
<b>Participação no patrimônio líquido</b>													
<b>Resumo do Balanço Patrimonial:</b>													
Ativo circulante	1.411.043	1.910.323	9	17.851	179.698	1.749.933	11	12.728	136.350	-	-	-	-
Ativo não circulante	409.595	9.329.733	-	11.824	-	335.735	-	12.134	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>1.820.638</b>	<b>11.240.056</b>	<b>9</b>	<b>29.675</b>	<b>179.698</b>	<							

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**14. INTANGÍVEL, LÍQUIDO**

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

Taxa anual de amortização (%)	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida				Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
		Ágio	Softwares	Carteira de cliente	Marcas			
-	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>10.013.222</b>	<b>1.983.624</b>	<b>1.358.442</b>	<b>1.410.453</b>	<b>14.474.566</b>	<b>336</b>	<b>46.348</b>	<b>29.286.991</b>
Adições (Capex)	-	497.174	-	-	2.770.320	-	267.339	3.534.833
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	290.711	-	-	42.892	-	(247.012)	86.591
Amortização (nota 25)	-	(761.328)	(248.566)	(84.207)	(741.180)	(223)	-	(1.835.504)
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>10.013.222</b>	<b>2.010.057</b>	<b>1.109.876</b>	<b>1.326.246</b>	<b>16.546.598</b>	<b>113</b>	<b>66.675</b>	<b>31.072.787</b>
Adições (Capex)	-	585.853	-	-	116	-	10.002	947.066
Baixas líquidas	-	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Transferências líquidas	-	354.683	-	-	-	(3.108)	(341.299)	10.276
Amortização (nota 25)	-	(787.627)	(248.566)	(82.685)	(911.632)	-	-	(2.032.558)
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>10.013.222</b>	<b>2.162.935</b>	<b>861.310</b>	<b>1.243.561</b>	<b>15.635.082</b>	<b>4.959</b>	<b>76.471</b>	<b>29.997.540</b>

Taxa anual de amortização (%)	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida				Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
		Ágio	Softwares	Carteira de cliente	Marcas			
-	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	-	-
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>10.225.280</b>	<b>1.987.634</b>	<b>1.358.442</b>	<b>1.410.453</b>	<b>14.474.566</b>	<b>336</b>	<b>46.348</b>	<b>29.503.059</b>
Adições (Capex)	-	497.730	-	-	2.770.320	-	267.339	3.535.389
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	290.711	-	-	42.892	-	(247.012)	86.591
Amortização (nota 25)	-	(763.315)	(248.566)	(84.207)	(741.180)	(223)	-	(1.837.491)
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>10.225.280</b>	<b>2.012.636</b>	<b>1.109.876</b>	<b>1.326.246</b>	<b>16.546.598</b>	<b>113</b>	<b>66.675</b>	<b>31.287.424</b>
Adições (Capex)	-	651.530	-	-	116	-	18.976	351.095
Baixas líquidas	-	(52)	-	-	-	-	-	(52)
Transferências líquidas	-	346.146	-	-	(6.396)	(341.299)	(1.549)	(1.549)
Amortização (nota 25)	-	(834.553)	(478.375)	(108.907)	(911.632)	(8.242)	-	(2.341.709)
Combinação de negócios (a)	12.837.141	210.016	2.523.000	59.000	12.203	-	-	15.641.360
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>23.062.421</b>	<b>2.385.723</b>	<b>3.154.501</b>	<b>1.276.339</b>	<b>15.635.082</b>	<b>16.654</b>	<b>76.471</b>	<b>45.607.191</b>

Taxa anual de amortização (%)	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida				Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
		Ágio	Softwares	Carteira de cliente	Marcas			
-	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	-	-
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>23.062.421</b>	<b>1.987.634</b>	<b>1.358.442</b>	<b>1.410.453</b>	<b>14.474.566</b>	<b>336</b>	<b>46.348</b>	<b>29.503.059</b>
Adições (Capex)	-	497.730	-	-	2.770.320	-	267.339	3.535.389
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	290.711	-	-	42.892	-	(247.012)	86.591
Amortização (nota 25)	-	(763.315)	(248.566)	(84.207)	(741.180)	(223)	-	(1.837.491)
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>23.062.421</b>	<b>2.385.723</b>	<b>3.154.501</b>	<b>1.276.339</b>	<b>15.635.082</b>	<b>16.654</b>	<b>76.471</b>	<b>45.607.191</b>
Adições (Capex)	-	651.530	-	-	116	-	18.976	351.095
Baixas líquidas	-	(52)	-	-	-	-	-	(52)
Transferências líquidas	-	346.146	-	-	(6.396)	(341.299)	(1.549)	(1.549)
Amortização (nota 25)	-	(834.553)	(478.375)	(108.907)	(911.632)	(8.242)	-	(2.341.709)
Combinação de negócios (a)	12.837.141	210.016	2.523.000	59.000	12.203	-	-	15.641.360
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>23.062.421</b>	<b>2.385.723</b>	<b>3.154.501</b>	<b>1.276.339</b>	<b>15.635.082</b>	<b>16.654</b>	<b>76.471</b>	<b>45.607.191</b>

Taxa anual de amortização (%)	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida				Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
		Ágio	Softwares	Carteira de cliente	Marcas			
-	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	-	-
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>23.062.421</b>	<b>1.987.634</b>	<b>1.358.442</b>	<b>1.410.453</b>	<b>14.474.566</b>	<b>336</b>	<b>46.348</b>	<b>29.503.059</b>
Adições (Capex)	-	497.730	-	-	2.770.320	-	267.339	3.535.389
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	290.711	-	-	42.892	-	(247.012)	86.591
Amortização (nota 25)	-	(763.315)	(248.566)	(84.207)	(741.180)	(223)	-	(1.837.491)
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>23.062.421</b>	<b>2.385.723</b>	<b>3.154.501</b>	<b>1.276.339</b>	<b>15.635.082</b>	<b>16.654</b>	<b>76.471</b>	<b>45.607.191</b>
Adições (Capex)	-	651.530	-	-	116	-	18.976	351.095
Baixas líquidas	-	(52)	-	-	-	-	-	(52)
Transferências líquidas	-	346.146	-	-	(6.396)	(341.299)	(1.549)	(1.549)
Amortização (nota 25)	-	(834.553)	(478.375)	(108.907)	(911.632)	(8.242)	-	(2.341.709)
Combinação de negócios (a)	12.837.141	210.016	2.523.000	59.000	12.203	-	-	15.641.360
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>23.062.421</b>	<b>2.385.723</b>	<b>3.154.501</b>	<b>1.276.339</b>	<b>15.635.082</b>	<b>16.654</b>	<b>76.471</b>	<b>45.607.191</b>

(a) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$15.640.394 da GVTPart., inclui ágio (nota 4) e R\$966 da TGLog (nota 12a).

(b) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPIC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 5,0% em 2014). Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 15,05% ao ano (13,37% em 2014), também em valores nominais.

A taxa de inflação para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,5% ao ano.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, o exercício com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

**Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:**

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: (i) crescimento da receita; (ii) evolução da margem de lucro operacional; (iii) volume de Capex; e (iv) taxa de desconto.

**Teste de Recuperabilidade do Ágio**

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPIC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 5,0% em 2014). Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 15,05% ao ano (13,37% em 2014), também em valores nominais.

A taxa de inflação para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,5% ao ano.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, o exercício com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

**Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:**

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: (i) crescimento da receita; (ii) evolução da margem de lucro operacional; (iii) volume de Capex; e (iv) taxa de desconto.

**Sensibilidade a mudanças nas premissas**

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste. A seguir apresentamos as variações (aumentos/diminuições), expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas:

Variações financeiras	+/-
Taxas de desconto	+/- 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 0,5
<b>Variações operacionais</b>	
Margem OIBDA	+/- 2,0
Margem de Capex/Receita	+/- 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final do exercício de 2015 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que os limites acima, bem como os limites de variação, nenhuma perda seria reconhecida.

**15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Salários e remunerações	27.512	27.754	58.201	27.754
Encargos e benefícios sociais	265.100	267.736	383.834	271.082
Participação de empregados nos resultados	205.124	197.019	232.404	199.284
Planos de remuneração baseados em ações (nota 32)	39.898	18.793	39.987	18.793
Outras indenizações	2.197	193.297	4.228	193.297
<b>Total</b>	<b>539.831</b>	<b>704.599</b>	<b>719.654</b>	<b>710.210</b>
Circulante	520.023	585.770	698.846	591.381
Não circulante	19.808	118.829	19.808	118.829

**16. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Fornecedores diversos	6.374.471	6.521.830	7.438.202	6.704.000
Valores a repassar	148.793	103.016	165.648	102.915
Interconexão/interligação (a)	421.650	445.192	520.816	445.192
Partes relacionadas (nota 30)	552.033	605.594	316.311	299.084
<b>Total</b>	<b>7.496.947</b>	<b>7.675.632</b>	<b>8.440.977</b>	<b>7.641.191</b>
Circulante	7.496.947	7.675.632	8.373.235	7.641.191
Não circulante	-	-	67.742	-

(a) O montante registrado como não circulante refere-se à dívida judicial contra as operadoras de TV a cabo, que a GVTPart. reduziu do valor e VU-M. Em 15 de outubro de 2007, a GVPTube limitou para proceder ao depósito judicial da diferença entre R\$0,2899 dos R\$ 0,3999 por minuto de ligação VCI e VU-M. O entendimento cobrado pelas operadoras de SMP. Os valores correspondentes a tais depósitos estão reconhecidos no ativo no grupo de "Depósitos e bloqueios judiciais".

**17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
<b>Tributos sobre a renda</b>	<b>10.094</b>	-	<b>58.666</b>	<b>16.355</b>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10.094	-	58.666	16.355
<b>Tributos indiretos</b>	<b>1.222.615</b>	<b>1.277.709</b>	<b>1.744.354</b>	<b>1.332.444</b>
ICMS	904.637	968.800	1.186.818	969.953
PIS e COFINS	215.235	194.627	382.123	236.556
Fuel e Funflet	35.881	35.975	86.317	35.975
ISS, CIDE e outros tributos	66.862	78.307	89.096	89.960
<b>Total</b>	<b>1.232.709</b>	<b>1.277.709</b>	<b>1.803.020</b>	<b>1.348.799</b>
Circulante	1.175.293	1.236.330	1.716.002	1.281.673
Não circulante	57.416	41.379	87.018	67.126

**18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)**

	Controladora		Consolidado	
--	--------------	--	-------------	--

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")**

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 31 de dezembro de 2015, a sentença consolidada envolvido totalizava R\$55.627 (R\$2.870 em 31 de dezembro de 2014).

**19.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias**

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora	Consolidado	31.12.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.560.750	1.197.471	1.653.051	1.197.471
Cíveis	965.730	772.658	1.010.356	772.658
Regulatórias	595.028	424.813	642.695	424.813
Contingências possíveis	6.020.956	4.484.947	6.297.944	4.484.947
Cíveis	2.488.761	1.873.607	2.581.838	1.873.607
Regulatórias	3.532.195	2.611.340	3.716.106	2.611.340

**Provisões cíveis prováveis**

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre prestação complementar de serviços em relação aos clientes em função da expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1ª grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$190.004 (R\$138.654 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$435.782 (R\$325.571 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$384.570 (R\$308.433 em 31 de dezembro de 2014).

**Provisões regulatórias prováveis**

A Companhia e a GVTPart, figuram como partes em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$642.695 (R\$424.813 da Companhia em 31 de dezembro de 2014).

**Contingências cíveis possíveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:  
 • Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$21.085 em 31 de dezembro de 2015 (R\$336.758 em 31 de dezembro de 2014). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpsu recurso especial para reformar a decisão. Em 7 de dezembro de 2015, o recuso da Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes foi desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça.

• Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas em Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando decisão de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário quanto a decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

• Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Previdência da Setor de Telecomunicações ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de planos espelhição PBS, alegando em apertada síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espelhição, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telébras.

• O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitaram na ação ao seu recebimento.

• Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor em caso de risco de perda possível referente a esta ação pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente careçados a todos os consumidores afetados pelos "problemas" na prestação de serviço. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pelo Ministério Público contra os quais apresentamos contrarrazões.

• A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis e representantes os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministério Público Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado era de R\$2.146.850 (R\$1.525.908 em 31 de dezembro de 2014).

• A TGLog é parte no processo de ação de execução civil que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri - SP pela alegação de não pagamento de duplicatas de prestação de serviços de transportes. A TGLog defende que realizou descontos de forma legítima em razão de descumprimentos contratuais e pelas perdas causadas por sinistros nas mercadorias de seus clientes transportadas pela autora, que também é discutida por outra ação. Em 31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$1.022.

• A Companhia vem recebendo autuações e multas em decorrência do não cumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado era de R\$12.881 (R\$10.941 em 31 de dezembro de 2014).

• Processo 23/2014 Interlocutória: Lune Projetos Especiais Telecomunicações Comércio e Ind. Ltda. ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

• Houve sentença definitiva para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por royalties, em ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

• A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réus em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

**Contingências regulatórias possíveis**

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:  
 • A Companhia e a GVTPart, mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado de R\$3.716.106 (R\$2.611.340 da Companhia em 31 de dezembro de 2014).

• Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que o órgão de direção de rádio de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada autorização, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria constar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

• Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da produtividade e que não a prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

**19.4) Garantias**

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado		
	31.12.15	31.12.14	31.12.14
Imóveis e Depósitos e Bloqueios Judiciais	163.802	5.753.463	2.750.864
Cartas fiança	163.802	5.753.463	2.750.864
Imóveis e Depósitos e Bloqueios Judiciais	130.000	130.000	4.745.225
Cartas fiança	130.000	130.000	4.745.225
<b>Total</b>	<b>327.604</b>	<b>11.506.926</b>	<b>7.496.089</b>

Em 31 de dezembro de 2015, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$71.059 (R\$64.899 em 31 de dezembro de 2014).

**20. RECEITAS DIFERIDAS**

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31.12.15	31.12.14	31.12.14	31.12.15	31.12.14	31.12.14
Serviços e mercadorias (a)	466.943	764.791	466.943	764.791	466.943	764.791
Alienação de ativos imobilizados (b)	87.906	124.247	87.906	124.247	87.906	124.247
Receita de habilitação (c)	70.507	91.954	72.737	106.209	72.737	106.209
Programa de fidelização (d)	95.893	92.670	95.893	92.670	95.893	92.670
Subvenções governamentais (e)	133.099	77.113	133.099	77.113	133.099	77.113
Doações de equipamentos (f)	8.281	8.947	8.281	8.947	8.281	8.947
Outras receitas (g)	58.935	25.824	58.935	25.824	58.935	25.824
<b>Total</b>	<b>921.564</b>	<b>1.185.546</b>	<b>923.794</b>	<b>1.199.801</b>	<b>923.794</b>	<b>1.199.801</b>
Circulante	562.601	704.589	564.557	717.019	562.601	717.019
Não circulante	358.963	480.957	359.237	482.782	358.963	482.782

- (a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.
- (b) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e rooftops não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (c) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (e) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (f) Refere-se aos saldos do processo de depreciação de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (g) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>1.065.194</b>	<b>1.071.212</b>	<b>1.065.194</b>	<b>1.071.212</b>
Ingressos	328.989	898.775	1.227.724	510.323
Baixas	(10.512.886)	(10.512.886)	(10.512.886)	(10.512.886)
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>1.185.546</b>	<b>1.199.801</b>	<b>1.185.546</b>	<b>1.199.801</b>
Ingressos	11.533.889	11.369.987	11.533.889	11.369.987
Baixas	(11.597.871)	(11.645.994)	(11.597.871)	(11.645.994)
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>921.564</b>	<b>923.794</b>	<b>921.564</b>	<b>923.794</b>
Circulante	562.601	564.557	562.601	564.557
Não circulante	358.963	359.237	358.963	359.237

**21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE**

a) Composição

	Controladora					
	Informações em 31 de dezembro de 2015			31.12.14		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda Local</b>				<b>1.420.266</b>	<b>5.075.504</b>	<b>6.495.770</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras</b>				<b>473.807</b>	<b>1.034.754</b>	<b>1.508.561</b>
Financiamento - BNDES	URTJLP	R\$	TJLP + 0 a 9%	15/07/19	90.779	136.019
Financiamento - BNDES	R\$	R\$	10,00%	30/10/16	54.039	-
Financiamento - BNB	R\$	R\$	10,00%	22/10/16	1.113.244	-
Financiamento - Fornecedores	R\$	R\$	-	-	-	1.113.244
Arrendamento Financeiro	R\$	R\$	-	-	-	32.291
Debêntures	R\$	R\$	-	-	-	239.239
4ª emissão - Série 2	R\$	R\$	106,8% do CDI	15/10/15	-	-
4ª emissão - Série 3	R\$	R\$	106,8% do CDI	15/10/19	292	33.172
1ª emissão - Minas Comunica	R\$	R\$	106,8% do CDI	05/07/21	-	91.608
3ª emissão	R\$	R\$	100% do CDI + 0,75%	10/09/17	87.217	1.999.645
4ª emissão	R\$	R\$	100% do CDI + 0,75%	25/04/18	33.415	1.299.365
Contraprestação Contingente	R\$	R\$	-	-	-	377.721
<b>Moeda Estrangeira</b>				<b>191.695</b>	<b>1.490.273</b>	<b>1.681.968</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras</b>				<b>191.695</b>	<b>1.490.273</b>	<b>1.681.968</b>
Empréstimos - BEI	US\$	US\$	-	-	-	-
Financiamento - BNDES	UMBND	(b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	159.897	434.221
Resolução 4131	US\$	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	31.798	1.056.052
Comissão BBVA	R\$	R\$	-	-	-	275
<b>Total</b>				<b>1.931.961</b>	<b>6.565.777</b>	<b>8.497.738</b>
<b>Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro</b>				<b>1.811.037</b>	<b>6.264.266</b>	<b>4.575.303</b>
Debêntures				<b>120.924</b>	<b>3.423.790</b>	<b>3.544.714</b>
Contraprestação Contingente				<b>-</b>	<b>377.721</b>	<b>377.721</b>
<b>Total</b>				<b>1.931.961</b>	<b>6.565.777</b>	<b>8.497.738</b>

	Consolidado					
	Informações em 31 de dezembro de 2015			31.12.14		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda Local</b>				<b>2.151.296</b>	<b>6.388.026</b>	<b>8.539.322</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras</b>				<b>765.601</b>	<b>2.325.920</b>	<b>3.091.521</b>
Financiamento - BNDES	URTJLP	R\$	TJLP + 0 a 9%	15/01/23	571.223	1.838.275
Financiamento - BNDES	R\$	R\$	2,5 a 8,7%	15/01/23	106.008	298.634
Financiamento - BNDES	R\$	R\$	IPCA + 2,95% + TR a.a	15/07/16	30.722	30.722
Financiamento - BNDES	R\$	R\$	SELIC ACUM. D-2 + 2,32% a.a	15/01/23	710	146.815
Financiamento - BNB	R\$	R\$	7,0% a 10%	18/08/22	56.938	42.196
Arrendamento Financeiro	R\$	R\$	-	-	-	99.134
Debêntures	R\$	R\$	-	-	-	68.030
4ª emissão - Série 2	R\$	R\$	106,8% do CDI	15/10/15	-	-
4ª emissão - Série 3	R\$	R\$	106,8% do CDI	15/10/19	292	33.172
1ª emissão - Minas Comunica	R\$	R\$	106,8% do CDI	05/07/21	-	91.608
3ª emissão	R\$	R\$	100% do CDI + 0,75%	10/09/17	87.217	1.999.645
4ª emissão	R\$	R\$	100% do CDI + 0,68%	25/04/18	33.415	1.299.365
Contraprestação Contingente	R\$	R\$	-	-	-	377.721
<b>Moeda Estrangeira</b>				<b>191.695</b>	<b>1.490.273</b>	<b>1.681.968</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras</b>				<b>191.695</b>	<b>1.490.273</b>	<b>1.681.968</b>
Empréstimos - BEI	US\$	US\$	-	-	-	-
Financiamento - BNDES	UMBND	(b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	159.897	434.221
Resolução 4131	US\$	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	31.798	1.056.052
Comissão BBVA	R\$	R\$	-	-	-	275
<b>Total</b>				<b>2.342.991</b>	<b>7.878.299</b>	<b>10.221.290</b>
<b>Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro</b>				<b>2.222.067</b>	<b>4.076.788</b>	<b>6.298.855</b>
Debêntures				<b>120.924</b>	<b>3.423.790</b>	<b>3.544.714</b>
Contraprestação Contingente				<b>-</b>	<b>377.721</b>	<b>377.721</b>
<b>Total</b>						

## NOTAS CONTÁBILITATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## Debêntures 4ª Emissão - Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirográfica, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$510 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias emitidas e para reforço do seu capital de giro.

1ª Série: Foram emitidas 98.000 debêntures na 1ª série. Considerando a não aprovação das condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento, no valor de R\$93.150.

2ª Série: Foram emitidas 640.000 debêntures na 2ª série. Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu a segunda repactuação das debêntures da 2ª série em conformidade com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de setembro de 2015. Considerando a não aprovação das novas condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 2ª Série, a Companhia, realizou o pagamento aos titulares dissidentes no valor de R\$684.868 e, conforme condições previstas na Escritura, exerceu o seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 2ª série em 13 de novembro de 2015, para posterior cancelamento desta série.

3ª Série: Foram emitidas 72.000 debêntures na 3ª série em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R\$31.489, sendo que a Companhia resgatou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R\$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$33.464 (R\$686.923 em 31 de dezembro de 2014).

## Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando o montante de R\$2 bilhões.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um spread de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamento semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restaram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço de autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e recolhimento de outras dívidas já contratadas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de dezembro de 2015 era de R\$355 (R\$567 em 31 de dezembro de 2014), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incurrir e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$2.086.862 (R\$2.071.258 em 31 de dezembro de 2014).

## Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor de R\$1,3 bilhão.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um spread de 0,80% ao ano, base de 252 dias úteis.

Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de dezembro de 2015 eram de R\$635 (R\$918 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.332.780 (R\$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014).

## Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluída pelos termos do Contrato de Compra e Venda em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (rebolsoar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelante (trânsito em julgado), e o prazo para essa devolução é de até 15 dias.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 4) é de R\$344.217, registrado como "Depósitos Judiciais, não circulante" na GVT. Este montante está sujeito à atualização monetária mensal pela GVT e pela Companhia, utilizando o índice SELIC.

O saldo da contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2015 era de R\$377.721.

## f) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Empréstimos e financiamentos		Arrendamento financeiro		Contraprestação contingente		Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	
2017	1.644.151	1.999.645	30.189	-	-	-	3.673.985
2018	547.408	1.349.348	28.194	-	-	-	1.924.950
2019	332.458	47.047	26.380	-	-	-	405.885
2020	-	13.875	20.125	-	-	-	35.010
2021 em diante	1.010	13.875	134.351	-	377.721	-	525.947
<b>Total</b>	<b>2.525.027</b>	<b>3.423.790</b>	<b>239.239</b>	<b>-</b>	<b>377.721</b>	<b>-</b>	<b>6.565.777</b>

Ano	Empréstimos e financiamentos		Arrendamento financeiro		Contraprestação contingente		Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	
2017	1.886.900	1.999.645	33.516	-	-	-	3.920.061
2018	615.239	1.349.348	28.194	-	-	-	2.227.696
2019	640.058	47.047	22.963	-	-	-	716.038
2020	234.518	13.875	22.322	-	-	-	270.755
2021 em diante	207.478	13.875	144.675	-	377.721	-	743.749
<b>Total</b>	<b>3.816.193</b>	<b>3.423.790</b>	<b>260.595</b>	<b>-</b>	<b>377.721</b>	<b>-</b>	<b>7.878.299</b>

## g) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 21b) e 21d), respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$3.359.288 (R\$2.252.924 em 31 de dezembro de 2014), possui índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão (série 3), da 3ª emissão (série única, líquida dos custos de emissão) e da 4ª emissão (série única, líquida dos custos de emissão) cujos saldos somados em 31 de dezembro de 2015 eram de R\$3.453.106 (R\$4.084.477 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As atualizações do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$91.608 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de aut falência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nestas datas, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

## h) Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da GVT, conforme quadro a seguir:

Credores	R\$1.227.724 (URTJLP) R\$594.118 (UMBND) R\$226.798 (PSI)	Garantias
		• Contrato (2011): Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
		• Contrato (PSI): alienação dos ativos financiados.
BNDES	R\$1.181.774 (URTJLP) R\$147.525 (UMSELIC) R\$30.722 (UMIPCA) R\$177.844 (Pré)	• Contratos da GVT (2008, 2011 e 2014): cessão de recebíveis referente o limite de até 20% do saldo devedor da operação, ou 5 vezes a última prestação vencida de cada um dos subvistos, incluindo o principal da dívida, juros, comissões, penas convencionais, multas e demais encargos nele previstos.
		• Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento.
		• Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$29.010 e R\$60.454 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.
BNB		• Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento.
		• Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldo de R\$9.795 em 31 de dezembro de 2015.

## i) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Empréstimos e financiamentos		Arrendamento financeiro		Financiamento - Fornecedores		Contraprestação contingente		Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	Empréstimos e financiamentos	Debêntures		
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>4.233.062</b>	<b>4.301.615</b>	<b>218.878</b>	-	-	-	-	<b>8.753.555</b>	
Ingressos	287.084	31.489	8.269	-	-	-	-	326.842	
Subvenção governamental (nota 20)	(32.353)	-	-	-	-	-	-	(32.353)	
Encargos financeiros	245.036	465.215	28.729	-	-	-	-	738.980	
Custos de emissão	-	549	-	-	-	-	-	549	
Atualização monetária e cambial	184.155	-	-	-	-	-	-	184.155	
Baixas (pagamentos)	(1.514.731)	(632.205)	(25.532)	-	-	-	-	(2.172.468)	
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>3.402.253</b>	<b>4.166.663</b>	<b>230.344</b>	-	-	-	-	<b>7.799.260</b>	
Ingressos	1.115.210	-	49.630	-	1.113.267	-	-	2.728.107	
Subvenção governamental (nota 20)	(1.606)	-	-	-	-	-	-	(1.606)	
Encargos financeiros	284.626	529.012	21.010	-	18.911	-	33.504	886.963	
Atuais de emissão	184.558	-	495	-	-	-	-	495	
Atualização monetária e cambial	187.673	-	-	-	-	-	-	187.673	
Baixas (pagamentos)	(1.797.527)	(1.151.456)	(29.454)	-	(18.934)	-	-	(2.997.971)	
Combinação de negócios (nota 4)	-	-	-	-	-	-	344.217	344.217	
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>3.190.529</b>	<b>3.544.714</b>	<b>271.530</b>	<b>-</b>	<b>1.113.244</b>	<b>-</b>	<b>377.721</b>	<b>8.497.738</b>	

	Empréstimos e financiamentos		Arrendamento financeiro		Financiamento - Fornecedores		Contraprestação contingente		Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento - Fornecedores	Contraprestação contingente	Empréstimos e financiamentos	Debêntures		
<b>Saldo em 31.12.13</b>	<b>4.233.062</b>	<b>4.301.615</b>	<b>218.878</b>	-	-	-	-	<b>8.753.555</b>	
Ingressos	287.084	31.489	8.269	-	-	-	-	326.842	
Subvenção governamental (nota 20)	(32.353)	-	-	-	-	-	-	(32.353)	
Encargos financeiros	245.036	465.215	28.729	-	-	-	-	738.980	
Custos de emissão	-	549	-	-	-	-	-	549	
Atualização monetária e cambial	184.155	-	-	-	-	-	-	184.155	
Baixas (pagamentos)	(1.514.731)	(632.205)	(25.532)	-	-	-	-	(2.172.468)	
<b>Saldo em 31.12.14</b>	<b>3.402.253</b>	<b>4.166.663</b>	<b>230.344</b>	-	-	-	-	<b>7.799.260</b>	
Ingressos	1.285.210	-	74.784	-	1.132.357	-	-	2.492.351	
Subvenção governamental (nota 20)	(1.606)	-	-	-	-	-	-	(1.606)	
Encargos financeiros	308.250	529.012	21.010	-	29.243	-	33.504	921.019	
Atuais de emissão	116.137	-	495	-	-	-	-	495	
Atualização monetária e cambial	1.061.379	-	-	-	-	-	-	1.061.379	
Baixas (pagamentos)	(8.269.445)	(1.151.456)	(29.454)	-	(102.499)	-	-	(9.552.854)	
Combinação de negócios (nota 4)	6.887.448	-	-	-	169.581	-	344.217	7.401.246	
<b>Saldo em 31.12.15</b>	<b>4.773.489</b>	<b>3.544.714</b>	<b>296.684</b>	<b>-</b>	<b>1.228.682</b>	<b>-</b>	<b>377.721</b>	<b>10.221.840</b>	

## 22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Licenças de autorização	952.651	1.178.978	952.651	1.178.978
Grupamento e fracionamento de ações (b)	32.252	388.975	32.252	388.975
Obrigações com partes relacionadas (nota 30)	181.337	296.961	121.986	119.803
Ônus de renovação de licenças (c)	151.496	275.839	151.496	275.839
Retenções de terceiros (d)	173.154	202.390	196.626	204.227
Valores a restituir a assinantes	110.205	41.260	113.354	43.445
Permuta de fibras ópticas e PPDUR (e)	-	-	18.560	-
Outras obrigações	67.625	46.258	89.654	70.341
<b>Total</b>	<b>1.658.720</b>	<b>2,430.661</b>	<b>1,676.579</b>	<b>2,281,408</b>
Circulante	1,006,901	1,442,724	1,010,959	1,322,616
Não circulante	661,819	987,937	665,922	958,792

(a) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras concessionárias deste leilão constituíram a EAD, empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência operacional nos sistemas de radiocomunicação.

(b) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas e beneficiários das sobras de ações (ordinárias e preferenciais) decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.

(c) Refere-se às ônus sobre a renovação das licenças do STFC e SIMB (nota 1b).

(d) Refere-se ao retencão sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre prestação de serviços.

(e) Permuta de fibra óptica: refere-se ao recebimento de cabo de fibras ópticas, instalados na região sul do Brasil. O montante original desse contrato foi incidido no ativo imobilizado. A realização dessa obrigação ocorre pela prestação de serviços no prazo contratual de 17 anos, desde o ano de 2002, não havendo registro de juros sobre o saldo remanescente. O saldo total a pagar pela GVT em 31 de dezembro de 2015 era de R\$7.717.

Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR): A legislação de telecomunicações previa que o preço pago por uma Licença-Espelho incluía o direito de utilizar as frequências necessárias para as metas de expansão durante 20 anos, sem custo adicional. Entretanto, a ANATEL incluiu na licitação das Empresas-Frequência da Região II disposição prevendo que, se o preço pago pelo vencedor for menor do que o preço da licitação das frequências, a diferença deveria ser paga pelo vencedor. Em novembro de 2014, após discussões judiciais entre a GVT e ANATEL, foi concedido e deferido o REFFIS com desconto de R\$16.217, finalizando o montante a pagar de R\$18.530, sendo quitado 15% do parcelamento (R\$ 2.780) e o saldo remanescente foi acordado em 30 parcelas. O saldo total a pagar em 31 de dezembro de 2015 era de R\$10.843.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

## Oferta Primária de Ações

Em decorrência da Oferta Primária de Ações, encerrada em 6 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo nº 172 da Lei nº 6.404/76, conforme segue:

• Em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$15.812.000, com a emissão de 121.711.240 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$38,47 e de 236.803.588 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00, ambas de emissão da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$37.798.110 para R\$53.610.110, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 978.737.161 ações preferenciais.

• Em reunião realizada em 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$295.285, com a emissão de 6.282.660 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$53.610.110 para R\$53.905.395, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 985.019.821 ações preferenciais.

Incorporação de Ações da GVTPart

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.  
 Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos hedges de fluxo de caixa até a data do balanço. A variação deve-se principalmente pela realização dos derivativos relacionados com o processo de aquisição e pagamento da GVTPart, ocorrida em maio de 2015 (nota 4).  
 Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).  
 A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
<b>Saldos em 31.12.13</b>	<b>(2.658)</b>	<b>6.610</b>	<b>12.897</b>	<b>16.849</b>
Variação cambial	-	-	(551)	(551)
Ingressos de contratos futuros	-	221.211	-	221.211
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(5.044)	-	-	(5.044)
<b>Saldos em 31.12.14</b>	<b>(7.702)</b>	<b>227.821</b>	<b>12.346</b>	<b>232.465</b>
Variação cambial	-	-	21.679	21.679
Perdas de contratos futuros incluídos no resultado	-	149.931	-	149.931
Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> reclassificados para ágio	(1.234)	(377.373)	-	(377.373)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.234)	-	(1.234)	(1.234)
<b>Saldos em 31.12.15</b>	<b>(8.936)</b>	<b>379</b>	<b>34.025</b>	<b>25.468</b>

## g. Programa de Recuperação de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recuperação de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social.

Até 31 de dezembro de 2015 não ocorreram aquisições de ações dentro do programa de recuperação de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

## 24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	31.12.15		31.12.14		31.12.15		31.12.14	
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>51.279.650</b>	<b>50.174.659</b>	<b>60.997.496</b>	<b>52.602.904</b>	<b>51.279.650</b>	<b>50.174.659</b>	<b>60.997.496</b>	<b>52.602.904</b>
Receitas de Telecomunicações (a)	47.616.176	47.008.672	57.063.584	49.177.953	47.616.176	47.008.672	57.063.584	49.177.953
Venda de mercadorias e aparelhos	3.663.474	3.165.987	3.933.912	3.424.951	3.663.474	3.165.987	3.933.912	3.424.951
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(17.275.881)</b>	<b>(17.180.972)</b>	<b>(20.710.681)</b>	<b>(17.602.935)</b>	<b>(17.275.881)</b>	<b>(17.180.972)</b>	<b>(20.710.681)</b>	<b>(17.602.935)</b>
<b>Serviços de Telecomunicações</b>	<b>(15.110.632)</b>	<b>(15.232.475)</b>	<b>(18.513.027)</b>	<b>(15.646.015)</b>	<b>(15.110.632)</b>	<b>(15.232.475)</b>	<b>(18.513.027)</b>	<b>(15.646.015)</b>
Tributos	(12.053.608)	(11.627.933)	(13.573.095)	(12.034.863)	(12.053.608)	(11.627.933)	(13.573.095)	(12.034.863)
Descontos concedidos	(3.057.024)	(3.604.542)	(4.939.932)	(3.611.152)	(3.057.024)	(3.604.542)	(4.939.932)	(3.611.152)
<b>Venda de mercadorias e aparelhos</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Tributos	(558.369)	(460.496)	(590.774)	(468.919)	(558.369)	(460.496)	(590.774)	(468.919)
Descontos concedidos e evoluções	(1.606.880)	(1.488.001)	(1.606.880)	(1.488.001)	(1.606.880)	(1.488.001)	(1.606.880)	(1.488.001)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>34.003.769</b>	<b>32.993.687</b>	<b>40.286.815</b>	<b>34.999.969</b>	<b>34.003.769</b>	<b>32.993.687</b>	<b>40.286.815</b>	<b>34.999.969</b>

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CFC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram de R\$210.636 e R\$154.861, respectivamente (nota 25).  
 Incluem serviços de telefonia, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	31.12.15		31.12.14		31.12.15		31.12.14	
<b>Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(503.864)</b>	<b>(1.723.124)</b>	<b>(2.580.693)</b>	<b>(2.592.724)</b>	<b>(503.864)</b>	<b>(1.723.124)</b>	<b>(2.580.693)</b>	<b>(2.592.724)</b>
Despesas com comercialização	(503.864)	(1.723.124)	(2.580.693)	(2.592.724)	(503.864)	(1.723.124)	(2.580.693)	(2.592.724)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.866.065)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(5.866.065)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(2.522.227)</b>	<b>(3.176.072)</b>
Despesas com comercialização	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)	(2.522.227)	(2.522.227)	(2.522.227)	(3.176.072)
Despesas Gerais e Administrativas	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(930.897)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)
<b>Despesas com Prestados e Mercadorias Vendidas</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>	<b>(2.165.249)</b>	<b>(1.948.497)</b>	<b>(2.197.654)</b>	<b>(1.956.920)</b>
Despesas com comercialização	(2.165.2							

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSRs) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido. O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

Ciclo	Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)	Valor unitário em Euros - cotação em 31.12.15	Data da finalização
1º ciclo 1º de outubro de 2014	66.500	10,24	30 de setembro de 2017
2º ciclo 1º de outubro de 2015	81.000	10,24	30 de setembro de 2018

## c) Plano global de direitos sobre ações da Telefônica S.A.: Global Employee Share Plan ("GESP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada da Telefônica dirigido aos empregados do Grupo Telefônica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefônica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependente do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuarem no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais dois meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito. A seguir, demonstramos as movimentações (quantidades) e preços médios ponderados dos planos de remuneração de ações descritos anteriormente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Consolidado			
	Quantidades/Planos		Total	
	TFSP	PIP	GESP	
<b>Ações em aberto em 31.12.13</b>				
Ações concedidas no exercício	73.500	498.890	135.659	708.049
Ações exercidas no exercício	-	-	(135.659)	(135.659)
<b>Ações em aberto em 31.12.14</b>	<b>73.500</b>	<b>1.994.430</b>	<b>-</b>	<b>2.067.930</b>
Ações concedidas no exercício	81.000	771.058	-	852.058
Ações exercidas no exercício	(7.000)	(1.092.323)	-	(1.099.323)
Ações vendidas no exercício	-	(258.552)	-	(258.552)
<b>Ações em aberto em 31.12.15</b>	<b>147.500</b>	<b>1.414.613</b>	<b>-</b>	<b>1.562.113</b>

	Preço médio ponderado (Euros)				
	2015		2014		
	TFSP	PIP	TFSP	PIP	GESP
<b>Ações em aberto em 1º de janeiro de</b>	<b>12,12</b>	<b>12,38</b>	-	<b>12,63</b>	-
Ações concedidas no exercício	12,36	12,36	12,12	12,12	12,88
Ações exercidas no exercício	12,36	12,36	-	-	12,88
<b>Ações em aberto em 31 de dezembro de</b>	<b>12,36</b>	<b>12,36</b>	<b>12,12</b>	<b>12,38</b>	-

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos e acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R\$15.406 e R\$12.038 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

## 33. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Entidade	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do sistema Telemig
PAMA/PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do sistema Telemig
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	Benefício Definido (BD)/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISAÔ	Contribuição Definida (CD)/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

## Planos de Benefícios de Saúde Pós-Emprego

## • Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telemig, é custodo compartilhado, patrocinador e participante de planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Fundação Federal de Seguridade Social ("Sistel") e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de 1,5% de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados aos planos PBS.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a substituição de um fundo de compensação e solvência, formado pelos recursos da reserva especial do plano PBS-A, para suprir a insuficiência financeira do PAMA, exclusivamente para fins de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Esta decisão judicial obriga que as patrocinadoras (entre elas a Companhia), mantenham o PAMA nas condições originais de cobertura e equacionamento permanentemente o déficit existente.

Em função do equacionamento do déficit do PAMA, a Companhia efetuou a baixa do passivo atuarial relativo ao PAMA no montante de R\$430.335 em contrapartida a outros resultados abrangentes (R\$284.021 líquido de tributos).

## • Plano de assistência médica - Lei 9.656/98

Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em:

a) **Aposentados e seus dependentes:** Os aposentados que contribuíram por mais de dez anos podem manter o plano pelo tempo que desejarem, desde que efetuem contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras para garantia de sua permanência no plano. Quando o período de contribuição for inferior a dez anos, cada ano contribuído dará direito à permanência por um ano no plano desde que a aposentadoria, desde que efetuem contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras para garantia de sua permanência no plano.

b) **Demitidos e seus dependentes:** Os demitidos podem permanecer no plano pelo período equivalente a um terço do tempo em que efetuíram contribuições enquanto empregados ativos. O período de benefício deverá respeitar o limite mínimo de seis meses e o máximo de dois anos, desde que efetuem contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras para garantia de sua permanência no plano. Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras. A implementação das tabelas será feita de forma gradual, de acordo com os seguintes percentuais: 1º ano 60% do valor da tabela; 2º ano 68% do valor da tabela; 3º ano 77% do valor da tabela; 4º ano 88% do valor da tabela; e 5º ano 100% do valor da tabela.

## Planos de Previdência Pós-Emprego

## • Plano PBS Assitidos (PBS-A)

O plano PBS Assitidos é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telemig. O plano está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O plano PBS Assitidos é composto por participantes assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Embora o plano PBS Assitidos apresente superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de provisão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a descontinuação da reserva especial para fundo de revisão do plano PBS-A, referente aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, com a consequente formação do Fundo de Compensação e Solvência. O Fundo de Compensação e Solvência foi destinado pela Diretoria Executiva da Sistel para suprir a insuficiência financeira do PAMA, para fins exclusivos de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Esta decisão judicial obriga que as patrocinadoras (entre elas a Companhia), mantenham o PAMA nas condições originais de cobertura e equacionamento permanentemente o déficit existente. A partir de então, a Sistel deverá verificar nas avaliações atuariais anuais do plano PBS-A, a existência de valores excedentes, além da reserva de contingência de 25%, para suprir necessidades do PAMA.

## • Plano CTB

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, sendo oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira ("CTB") que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago ao ex-empregado diretamente pela empresa. Em caso de falecimento do ex-empregado em gozo de benefício, o cônjuge fará jus a 50% do valor do benefício que o mesmo recebia, na data do falecimento. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

## • Planos PBS

A Companhia patrocina, individualmente, planos de benefício definido de benefícios previdenciários, os planos PBS, administrados pela Visão Prev. Os planos PBS incluem: (i) Plano Telefônica BD (antigo plano PBS Telesig); e (ii) Plano PBS Telemig Celular. Visando aprimorar a alocação dos ativos dos planos PBS e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de decapamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que os planos PBS apresentam trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

A Visão Prev obtive aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para incorporações de planos para fins exclusivos de estruturas e unificação de regulamentos. Em 28 de janeiro de 2014 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos PBS Telesig Celular, PBS TCO e PBS Tele Leste Celular pelo plano PBS Telefônica BD. Em 27 de janeiro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação do plano PBS Tele Sudeste Celular pelo plano PBS Telefônica BD.

As contribuições aos planos CTB e PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

## • Planos PREV

A Companhia patrocina, individualmente, planos híbridos de benefícios definidos e de contribuição definida de benefícios previdenciários, os planos PREV, administrados pela Visão Prev. Os planos PREV incluem: (i) Plano Vivoprev; e (ii) Plano Tecoprev.

As contribuições aos planos PREV são:

**Plano Vivoprev:** O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) **contribuição básica:** percentual de 0% a 8% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) **contribuição complementar:** percentual sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) **contribuição esporádica:** com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

**Plano Tecoprev:** O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) **contribuição básica:** percentual de acordo com a idade do participante, sendo: até 25 anos, de 3% a 8% do salário de participação; 26 a 30 anos, de 4% a 8% do salário de participação; 31 a 35 anos, de 5% a 8% do salário de participação; 36 a 40 anos, de 6% a 8% do salário de participação; 41 a 45 anos, de 7% a 8% do salário de participação; 46 ou mais anos, 8% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (ii) **contribuição voluntária:** percentual do salário de participação de no máximo 22%, escolhido pelo participante, cujo percentual na contribuição básica seja de 8%, no qual não há contrapartida de contribuições da patrocinadora; e (iii) **contribuição esporádica:** com valor definido pelo participante, porém não inferior a 10% do valor vigente do salário teto de contribuições ao plano, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, calculada a partir de percentual incidente sobre o valor da folha de salários dos participantes vinculados à patrocinadora.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Tecoprev e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de decapamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano Tecoprev apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

Em 21 de setembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos Tecoprev e Celprev Telemig pelo plano Visão Telefônica.

## • Planos VISAÔ

Os planos VISAÔ, Visão Multi e o plano Visão Tgestiona, por sua similaridade, passaram a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação VISAÔ. A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos VISAÔ, administrados pela Visão Prev. Os planos VISAÔ incluem: (i) Plano Visão Telefônica; (ii) Plano Visão Multi; e (iii) Plano Visão Tgestiona.

As contribuições aos planos VISAÔ são:

**Plano Visão Telefônica:** O participante pode fazer cinco tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) **contribuição básica:** percentual de 2% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) **contribuição adicional:** percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição adicional do participante; (iii) **contribuição esporádica:** percentual inteiro de escolha do participante, aplicado sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; (iv) **contribuição específica:** percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (v) **contribuição suplementar:** com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

**Plano Visão Multi:** Em 2014 a Companhia, juntamente com outras patrocinadoras, assinou convênio de adesão ao plano Visão Multi, sendo que os novos empregados contratados desde então passaram a ter direito de adesão a este plano. Este plano, tal como as características dos planos VISAÔ, é um plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários e é administrado pela Visão Prev. O participante pode fazer quatro tipos de contribuição ao plano Visão Multi, sendo: (i) **contribuição básica:** percentual inteiro entre 1% e 2% do salário de participação; (ii) **contribuição adicional:** percentual de 0% a 5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano; (iii) **contribuição esporádica:** percentual inteiro de escolha do participante; e (iv) **contribuição específica:** percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora.

A patrocinadora também contribui em contrapartida às contribuições básica e adicional dos participantes, em diferentes proporções, de acordo com o tempo de admissão do empregado, sendo: até 4 anos de serviço, contribuição de 50% das contribuições do participante; de 5 a 8 anos de serviço, contribuição de 100% das contribuições do participante; e acima de 8 anos de serviço, contribuição de 125% das contribuições do participante. Para as contribuições esporádica e específica não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

**Plano Visão Tgestiona:** A controlada TLOG patrocina, em conjunto com outras patrocinadoras, o plano Visão Tgestiona. Este plano, tal como as características dos planos VISAÔ, é um plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários e é administrado pela Visão Prev.

O participante pode fazer quatro tipos de contribuição ao plano Visão Tgestiona, sendo: (i) **contribuição básica:** percentual de 2% do salário de participação para participantes com adesão até 30/11/2008 e de 1% do salário de participação para participantes com adesão após 30/11/2008; (ii) **contribuição adicional:** contribuição opcional com percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano para participantes com adesão até 30/11/2008 e percentual de 0% a 5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano para participantes com adesão após 30/11/2008; (iii) **contribuição específica:** percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora; e (iv) **contribuição suplementar:** com valor e periodicidade definidos pelo participante. A patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica e da contribuição adicional efetuadas pelos participantes com adesão até 30/11/2008. Para os participantes com adesão após 30/11/2008 a patrocinadora também contribui em contrapartida às contribuições básica e adicional dos participantes, em diferentes proporções, de acordo com o tempo de admissão do empregado, sendo: até 5 anos de serviço, contribuição de 30% das contribuições do participante; de 5 a 10 anos de serviço, contribuição de 60% das contribuições do participante; e acima de 10 anos de serviço, contribuição de 100% das contribuições do participante. Para as contribuições específica e suplementar não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Em 21 de setembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos Visão Teleg Celular, Visão Teleg Celular, Visão Teleg Celular, Visão Teleg Celular, Visão Teleg Celular e Visão Celular CRT pelo plano Visão Telefônica.

As contribuições realizadas pela Companhia referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$20.092 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.830 em 31 de dezembro de 2014).

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2015 e 2014, com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2015 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel (exceto para o cadastro dos participantes do plano de assistência médica - Lei 9.656/98, com data base em 30 de abril de 2015), ambos projetados para 31 de dezembro de 2015 e com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2014 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2014, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) índice de inflação; (iii) taxa de demora de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTNs, LFTs, LTNs, Operações compromissadas, CDBs, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado) e devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos de beneficiários CTB e plano assistência médica - Lei 9.656/98, todos os demais planos de benefícios apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

A seguir apresentamos as informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego.

## a) Conciliação dos ativos e passivos

	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.15					
	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Planos de previdência pós-emprego	1.503.966	2.178.182	(674.216)	721.123	(8.724)	55.631
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	402.927	529.485	(126.558)	156.270	-	29.712
<b>TOTAL</b>	<b>1.906.893</b>	<b>2.707.667</b>	<b>(800.774)</b>	<b>877.393</b>	<b>(8.724)</b>	<b>85.343</b>

	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.14					
	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Planos de previdência pós-emprego	1.559.008	2.647.155	(1.088.147)	1.132.969	(14.653)	59.475
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	453.344	56.690	396.654	-	-	396.654
<b>TOTAL</b>	<b>2.012.352</b>	<b>2.703.845</b>	<b>(691.493)</b>	<b>1.132.969</b>	<b>(14.653)</b>	<b>456.129</b>

## b) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	31.12.15			31.12.14		
	Juros líquidos sobre o custo do serviço corrente	Valores reconhecidos em outros resultados atuariais	Total	Juros líquidos sobre o custo do serviço corrente	Valores reconhecidos em outros resultados atuariais	Total
Planos de previdência pós-emprego	2.682	4.723	7.207	2.558	2.901	5.459
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	5.720	36.763	42.483	90	34.590	34.680
<b>TOTAL</b>	<b>8.402</b>	<b>41.288</b>	<b>49.690</b>	<b>2.648</b>	<b>37.491</b>	<b>40.139</b>

## c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.15			31.12.14		
	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes
Planos de previdência pós-emprego	(87.306)	(541.596)	(628.902)	39.742	(25.210)	14.532
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	76.868	150.541	227.409	40.811	-	40.811
<b>TOTAL</b>	<b>(10.438)</b>	<b>(391.055)</b>	<b>(401.493)</b>	<b>80.553</b>	<b>(25.210)</b>	<b>55.343</b>

## d) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido em 31.12.14			Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes em 2015			Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido em 31.12.13			Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes em 2014		
	em 31.12.14	Combinações de negócios	Despesas em 2015	Contribuições das patrocinadoras em 2015	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes em 2015	Transferências de reservas entre planos	em 31.12.13	Combinações de negócios	Despesas em 2014	Contribuições das patrocinadoras em 2014	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes em 2014	Transferências de reservas entre planos
Planos de previdência pós-emprego	44.822	(25)	7.207	(9.136)	(628.902)	632.941	46.907	(8.724)	55.631			
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	396.654	-	42.483	(3.893)	227.409	(632.941)	29.712	-	29.712			
<b>TOTAL</b>	<b>441.476</b>	<b>(25)</b>	<b>49.690</b>	<b>(13.029)</b>	<b>(401.493)</b>	<b>-</b>	<b>76.619</b>	<b>(8.724)</b>	<b>85.343</b>			

## e) Movimentação do passivo de benefício definido

	Passivo de benefício definido em 31.12.14			Obrigação assumida por aquisição de sociedade			Contribuição de participação de experiência			(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência			(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras em 31.12.15		
	em 31.12.14	por aquisição de sociedade	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participação de experiência	em 31.12.14	por aquisição de sociedade	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contrib			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## j) Premissas atuariais

## Premissas atuariais para o exercício de 2015:

PBS-A	31.12.15											Rotatividade
	Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Taxa de inflação de longo prazo	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez	
	12,55%	5,00%	N/A	N/A	4,00%	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A
PAMA/PCE	12,53%	5,00%	N/A	8,15%	4,00%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A
Assistência médica - Lei 9.656/98	13,63%	6,00%	N/A	9,18%	De 0 a 24 anos: 0,50% De 25 a 54 anos: 2,00% De 55 a 74 anos: 4,50% Acima de 80 anos: 3,00%	N/A	100% aos 60 anos	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	Light-Fraca, Mercer Disability	Experiência pela rotatividade observada na Telefônica (2011 a 2014)
CTB	12,55%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A
PBS	12,56%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A
PREV	12,74%, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada a taxa de 12,56%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
VISÃO	12,74%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)

## Premissas atuariais para o exercício de 2014:

PBS-A	31.12.14											Rotatividade
	Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Taxa de inflação de longo prazo	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez		
	11,26%	N/A	N/A	N/A	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A	
PAMA/PCE	11,31%	N/A	8,15%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A	
CTB	11,22%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A	
PBS	11,28%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	N/A	
PREV	11,17%, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada a taxa de 11,29%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)	
VISÃO	11,17%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Light-Fraca, Mercer Disability	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)	

Além das premissas acima, para 2014 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 5,0%; e
- Crescimento dos custos médicos por idade (aging factor): 4%.

## k) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e demográfica, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

A premissa financeira que sofreu alterações em relação ao exercício anterior e que interfere no passivo de benefício definido é a taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido.

A seguir, demonstramos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

Planos de previdência pós-emprego	Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais vigentes	Passivo de benefício definido, com base nas mesmas premissas atuariais do exercício anterior	Varição observada pela alteração das premissas atuariais
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	1.503.966	1.662.004	(158.638)
Total	402.927	457.024	(54.097)
	<b>1.906.893</b>	<b>2.119.628</b>	<b>(212.735)</b>

## l) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que a premissa atuarial significativa, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderia alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido é a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido.

Segue análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

Planos de previdência pós-emprego	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	1.503.966	1.447.377	1.564.848
Total	402.927	383.792	423.796
	<b>1.906.893</b>	<b>1.831.169</b>	<b>1.988.644</b>

## m) Alocação dos ativos dos planos

Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:	31.12.15				31.12.14			
	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego
<b>Investimentos em renda fixa</b>								
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	450.062	1.507.016	50.613	1.733.054				
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	79.423	183.484	4.048	129.474				
Operações Compromissadas	-	111.863	-	126.832				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	37.333	2.029	65.914				
Letras Financeiras	-	4.638	-	5.890				
Debêntures	-	3.064	-	5.352				
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	10	-	3.798				
Cotas FIDC/Outros	-	2.824	-	3.117				
<b>Investimentos em renda variável</b>								
Investimentos no setor de energia	-	108.479	-	197.974				
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	-	43.865	-	100.626				
Investimentos no setor aeroespacial	-	26.955	-	70.572				
Investimentos no setor de mineração	-	2.055	-	5.279				
Investimentos em diversos setores da economia (*)	-	5.409	-	6.336				
Investimentos em índice de mercado (IBrX-50)	-	-	-	11.202				
<b>Investimentos em imóveis</b>								
Empréstimos a participantes	-	107.818	-	152.569				
Investimentos estruturados	-	26.955	-	23.524				
<b>Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:</b>								
Empréstimos a participantes	-	1.898	-	2.475				
Total	<b>529.485</b>	<b>2.178.182</b>	<b>56.690</b>	<b>2.647.155</b>				

(\*) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo, gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

## n) Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

Planos de previdência pós-emprego	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	148.436	154.090	159.598	165.087	170.534	6.364.735	7.162.480
Total	<b>36.838</b>	<b>38.741</b>	<b>31.993</b>	<b>28.381</b>	<b>31.160</b>	<b>3.174.646</b>	<b>3.341.759</b>
	<b>185.274</b>	<b>192.831</b>	<b>191.591</b>	<b>193.468</b>	<b>201.694</b>	<b>9.539.381</b>	<b>10.504.239</b>

## 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõe a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (hedged).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos, de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (hedge accounting), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge accounting.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato viola os acordos efetuados em suas instituições financeiras e é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

## Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando projetativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&amp;FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&amp;FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como swaps, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Controladora/Consolidado					
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
<b>Contratos de swaps</b>						
<b>Ponta Ativa</b>						
Moeda estrangeira	1.652.802	12.427.490	934.243	13.530.830	457.351	759.118
US\$ (a) (b)	781.473	913.635	2.142.992	1.377.412	216.475	326.625
EUR (b)	89.118	85.671	92.566	86.687	2.735	690
LIBOR US\$ (a)	782.211	164.572	1.114.185	270.088	238.141	92.424
JPY	-	5.065	-	4.781	-	-
EUR (f)	-	11.258.547	-	11.794.932	-	339.379
Taxa pós	1.064.647	1.182.466	1.030.332	1.125.282	19.328	2.294
CDI (a) (b)	172.116	40.799	173.321	40.925	-	2.273
TJLP (d)	892.531	1.141.667	857.011	1.084.357	19.321	21
Índices de inflação	437.035	217.472	502.508	231.938	22.185	5.370
IPCA (c) (e)	209.051	217.472	239.099	231.938	16.248	5.370
IGPM (g)	227.984	-	263.409	-	5.937	-
<b>Ponta Passiva</b>						
Taxa Pré	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
NDF PRE (f)	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
Taxa pós	(2.853.704)	(2.358.445)	(2.935.269)	(2.396.771)	(228.982)	(41.714)
CDI (a) (b) (c) (d) (e) (g)	(2.853.704)	(2.358.445)	(2.935.269)	(2.396.771)	(228.982)	(41.714)
Moeda estrangeira	(300.781)	(210.118)	(474.057)	(312.834)	(5.125)	(2.176)
US\$ (b)	(161.692)	(25.444)	(167.318)	(25.935)	(4.472)	(91)
EUR (a) (b)	(10.424)	(20.102)	(10.612)	(20.247)	(143)	(7)
LIBOR US\$ (a)	(128.665)	(164.572)	(296.127)	(266.652)	(510)	(1.678)
					498.864	766.782
					(234.107)	(47.144)
<b>Valores a receber, líquidos</b>					<b>264.757</b>	<b>719.638</b>

(a) Swap de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$1.712.838) - operações de swap contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$1.681.968).

(b) Swap de moeda estrangeira (Euro) (R\$82.090) e (CDI x Dólar) (R\$127.606) - operações de swaps contratadas com vencimentos até 11 de janeiro de 2016, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$81.109 em euro) e a receber (valor contábil de R\$128.325 em dólar).

(c) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$32.000) - operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão - 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$33.464).

(d) Swap TJLP x CDI (R\$857.011) - operações de swap contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$1.227.724).

(e) Swap IPCA x CDI (R\$239.099) - operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$219.221).

(f) NDF EUR x R\$ e R\$ x EUR - operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros da transação assumida na operação de aquisição da GVTPart..

(g) Swap IGPM x CDI (R\$263.409) - operações de swap contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir detalhamos os saldos das operações com derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Descrição	Controladora/Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	
<b>Ponta Ativa</b>				
<b>Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes</b>	<b>296.127</b>	<b>12.061.619</b>	<b>296.127</b>	<b>12.061.619</b>
Hedges de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.794.932	-	11.794.932
Swaps	296.127	266.687	296.127	266.687
<b>Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado</b>	<b>3.377.956</b>	<b>2.826.431</b>	<b>3.377.956</b>	<b>2.826.431</b>
Fair Value Hedge				
Swaps	3.064.789	2.595.685	3.064.789	2.595.685
Derivativos não designados como hedge				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	4.781	-	4.781
Swaps	313.167	225.965	313.167	225.965
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.066.746</b>	<b>13.282.083</b>	<b>1.066.746</b>	<b>13.282.083</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.607.337</b>	<b>1.605.967</b>	<b>2.607.337</b>	<b>1.605.967</b>
Descrição	Controladora/Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
31.12.15</				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Controladora		Saldo contábil		Valor justo		
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	Custo amortizado		4.206.595	3.835.304	4.206.595	3.835.304
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		7.000.379	6.470.764	7.000.379	6.470.764
	Mensurado a valor					
Operações com derivativos (nota 34)	justo por meio do resultado	Nível 2	3.017	2.218	3.017	2.218
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	78.289	611.721	78.289	611.721
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		217.621	190.288	217.621	190.288
Participações societárias (nota 12)	Disponível para venda	Nível 3	8.831.910	1.232.956	8.831.910	1.232.956
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	417.558	152.843	417.558	152.843
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>20.755.369</b>	<b>12.496.094</b>	<b>20.755.369</b>	<b>12.496.094</b>

Controladora		Saldo contábil		Valor justo		
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.496.947	7.675.632	7.496.947	7.675.632
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		154.670	179.977	154.670	179.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.656.367	1.329.494	1.777.104	1.471.440
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		120.632	754.778	120.632	754.778
	Mensurado a valor					
Debêntures (nota 21)	justo por meio do resultado	Nível 2	292	269	1.334	1.225
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor					
Operações com derivativos (nota 34)	justo por meio do resultado	Nível 2	5.184	568	5.184	568
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	146.502	22.443	146.502	22.443
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		187.176	480.823	180.895	456.246
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.577.090	1.642.303	2.366.597	1.443.509
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor					
Contraprestação contingente (nota 21)	justo por meio do resultado	Nível 2	377.721	-	377.721	-
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		3.299.010	3.298.515	2.942.969	2.992.531
	Mensurado a valor					
Debêntures (nota 21)	justo por meio do resultado	Nível 2	124.780	113.101	98.862	84.738
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	82.421	24.133	82.421	24.133
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>16.228.792</b>	<b>15.522.036</b>	<b>16.113.475</b>	<b>15.399.934</b>

Consolidado		Saldo contábil		Valor justo		
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	Custo amortizado		5.336.845	4.692.689	5.336.845	4.692.689
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		8.285.319	6.724.061	8.285.319	6.724.061
	Mensurado a valor					
Operações com derivativos (nota 34)	justo por meio do resultado	Nível 2	3.017	2.218	3.017	2.218
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	78.289	611.721	78.289	611.721
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		330.451	299.405	330.451	299.405
Participações societárias (nota 12)	Disponível para venda	Nível 3	101.161	79.805	101.161	79.805
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	417.558	152.843	417.558	152.843
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>14.552.640</b>	<b>12.562.742</b>	<b>14.552.640</b>	<b>12.562.742</b>

Consolidado		Saldo contábil		Valor justo		
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		8.373.235	7.641.191	8.373.235	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		565.700	179.977	651.426	175.429
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.656.367	1.329.494	1.777.104	1.471.440
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		120.632	754.778	120.632	754.778
	Mensurado a valor					
Debêntures (nota 21)	justo por meio do resultado	Nível 2	292	269	1.334	1.225
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor					
Operações com derivativos (nota 34)	justo por meio do resultado	Nível 2	5.184	568	5.184	568
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	146.502	22.443	146.502	22.443
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		67.742	-	67.742	-
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		1.499.698	480.823	1.192.040	456.246
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.577.090	1.642.303	2.366.597	1.443.509
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		3.299.010	3.298.515	2.942.969	2.992.531
	Mensurado a valor					
Debêntures (nota 21)	justo por meio do resultado	Nível 2	124.780	113.101	98.862	84.738
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor					
Operações com derivativos (nota 34)	justo por meio do resultado	Nível 2	377.721	-	377.721	-
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	82.421	24.133	82.421	24.133
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>18.896.374</b>	<b>15.487.595</b>	<b>18.553.965</b>	<b>15.365.493</b>

**c) Gestão de Capital**  
**Gestão de capital**  
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.  
A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.  
A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente (nota 21) e operações com derivativos (nota 34), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 5) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNT. Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa	5.336.845	4.692.689
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(10.221.290)	(7.799.260)
Operações com derivativos, líquidas	264.757	719.638
Aplicações financeiras em garantia à dívida	38.805	60.454
<b>Endividamento líquido</b>	<b>4.580.883</b>	<b>2.326.479</b>
Patrimônio líquido	68.567.242	44.950.095
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>6,68%</b>	<b>5,18%</b>

**d) Política de Gestão de Riscos**  
A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.  
**d.1) Risco de Taxa de Câmbio**  
Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.  
Em 31 de dezembro de 2015, 16,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (15,9% em 31 de dezembro de 2014). A Companhia contrata operações de derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.681.968 e R\$1.237.422 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas é coberta por posições ativas de operações de hedge cambial com swap para CDI.  
Há também o risco cambial sobre os ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.  
Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$32.030 mil e €19.079 mil a pagar em 31 de dezembro de 2015 e US\$29.676 mil e €20.700 mil a pagar em 31 de dezembro de 2014) para minimizar seus riscos cambiais.  
**d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação**  
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (hedge cambial, IPCA e TJLP) contratadas a taxas de juros flutuantes (CDI).  
A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto percentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. No decorrer de 2015, a TJLP foi elevada para 6,5% para o período de julho a setembro de 7,0% para o período de outubro a dezembro.  
O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão - Minas Companhia, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.  
Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$5.103.103 (R\$4.628.679 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI.  
Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.  
**d.3) Risco de Liquidez**  
O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 21, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.  
O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.  
A seguir, demonstramos um resumo do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 31.12.15	Menos de 8.300 anos	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Fornecedores (nota 16)</b>	<b>8.373.235</b>	-	-	67.742	8.440.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 21)	2.222.067	1.920.416	1.804.220	352.152	6.298.855
Contraprestação contingente (nota 21)	-	-	-	-	377.721
Debêntures (nota 21)	120.924	1.999.645	1.410.270	13.875	3.544.714
Operações com derivativos (nota 34)	151.686	64.692	4.157	13.572	234.107
<b>Total</b>	<b>10.867.912</b>	<b>3.984.753</b>	<b>3.218.647</b>	<b>825.062</b>	<b>18.896.374</b>

Em 31.12.14	Menos de 8.300 anos	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Fornecedores (nota 16)</b>	<b>7.641.191</b>	-	-	-	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 21)	1.509.471	602.892	1.401.595	118.639	3.632.597
Debêntures (nota 21)	755.047	3.397.741	3.397.741	13.875	4.166.663
Operações com derivativos (nota 34)	23.011	11.617	8.560	3.956	47.144
<b>Total</b>	<b>9.928.720</b>	<b>614.509</b>	<b>4.807.896</b>	<b>136.470</b>	<b>15.487.595</b>

**d.4) Risco de Crédito**  
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativos para a rede de distribuidores.  
O risco de crédito em suas contas a receber é diversificado e minimizado por um controle orçamentário e acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.  
O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.  
A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de aluguel e operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

## 35. COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e sites (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.  
Em 31 de dezembro de 2015, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	1.739.208	1.943.366
Um ano até cinco anos	6.091.342	6.694.687
Mais de cinco anos	6.440.557	6.939.796
<b>Total</b>	<b>14.271.107</b>	<b>15.577.849</b>

## 36. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e em disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidados pro forma não auditadas ("DREs") referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, relacionadas com a aquisição da GVTPart..

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.15	GVTPart. Consolidado para o período em 30.04.15	Ajustes	Eliminações	Telefônica Brasil Pro Forma
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>40.286.815</b>	<b>1.899.812</b>	-	(52.644)	<b>42.133.983</b>
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.345.076)	(991.472)	(51.759)	52.644	(21.395.663)
<b>Lucro bruto</b>	<b>19.941.739</b>	-	-	-	<b>19.941.739</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>	<b>(14.702.141)</b>	<b>(564.946)</b>	-	-	<b>(15.267.087)</b>
Despesas com comercialização	(12.005.477)	(407.697)	(131.171)	-	(12.544.345)
Despesas gerais e administrativas	(2.142.459)	(154.155)	-	-	(2.296.614)
Outras recargas (despesas) operacionais, líquidas	(554.205)	(3.094)	(5.252)	-	(562.551)
<b>Lucro operacional</b>	<b>5.239.598</b>	<b>343.394</b>	<b>(188.454)</b>	-	<b>5.399.538</b>
Recargas (despesas) financeiras, líquidas	(848.178)	(260.520)	-	-	(1.108.698)
Resultado de equivalência patrimonial	2.036	-	-	-	2.036
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>4.393.456</b>	<b>82.874</b>	<b>(188.454)</b>	-	<b>4.287.876</b>
Imposto de renda e contribuição social	(973.207)	(30.492)	(47.100)	-	(1.070.800)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.420.249</b>	<b>52.382</b>	<b>(141.354)</b>	-	<b>3.331.277</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)</b>	<b>3.420.249</b>	<b>52.382</b>	<b>(141.354)</b>	-	<b>3.331.277</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)</b>	-	-	-	-	<b>RS 2,30</b>

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.14	GVTPart. Consolidado para o período em 30.04.15	Ajustes	Eliminações	Telefônica Brasil Pro Forma
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>34.999.969</b>	<b>5.416.755</b>	<b>(20.090)</b>	<b>(178.425)</b>	<b>40.218.209</b>
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(17.222.675)	(2.696.453)	(115.403)	178.425	(19.856.106)
<b>Lucro bruto</b>	<b>17.777.294</b>	<b>2.720.302</b>			